

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO**

LUARA RODRIGUES BRUNDO

COMUNICAÇÃO E MEMÓRIA EM "1984"
AS ESTRATÉGIAS COMUNICACIONAIS DE UM ESTADO TOTALITÁRIO E A
CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA NA OBRA DE GEORGE ORWELL

PORTO ALEGRE
2022

LUARA RODRIGUES BRUNDO

COMUNICAÇÃO E MEMÓRIA EM "1984"
AS ESTRATÉGIAS COMUNICACIONAIS DE UM ESTADO TOTALITÁRIO E A
CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA NA OBRA DE GEORGE ORWELL

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Basílio Sartor

PORTO ALEGRE
2022

COMUNICAÇÃO E MEMÓRIA EM "1984"
AS ESTRATÉGIAS COMUNICACIONAIS DE UM ESTADO TOTALITÁRIO E A
CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA NA OBRA DE GEORGE ORWELL

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Basílio Sartor – UFRGS
Orientador

Prof^a. Dr^a. Cassilda Golin Costa - UFRGS
Examinadora

Prof. Dr. Bruno Bueno Pinto Leites - UFRGS
Examinador

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender como as estratégias de comunicação utilizadas pelo Partido Socing interferem na construção da memória coletiva da população da fictícia Oceânia, na obra literária “1984”, de George Orwell. Para tanto, a pesquisa utiliza o método de análise de conteúdo e uma abordagem qualitativa para discutir as tendências e intenções do governo totalitário retratado na obra e implícitas nas práticas do Departamento de Documentação; na construção do imaginário social acerca do Grande Irmão e de seu inimigo, Goldstein; nos anúncios oficiais transmitidos pela teletela; e na estruturação da Novafala. Como resultado do estudo, pode-se afirmar que o controle da memória coletiva, aqui, se dá por um conjunto de fatores e articulações do Partido que tencionam exatamente isto. Portanto, pensando a partir da análise da obra que constitui o objeto deste estudo, é essencial que a comunicação pública sirva para a libertação individual, priorizando a pluralidade de olhares sobre o passado.

Palavras-chaves: Memória; Comunicação; Controle; Totalitarismo.

ABSTRACT

The present work aims to understand how the communication strategies used by the Ingsoc Party interfere in the construction of the collective memory of the population of the fictitious Oceania, in the literary work "1984", by George Orwell. To do so, the research uses the method of content analysis and a qualitative approach to discuss the tendencies and intentions of the totalitarian government portrayed in the book and implicit in the practices of the Documentation Department; in the construction of the social imaginary of Big Brother and his enemy, Goldstein; in the advertisements provided by the telescreen; and in the structuring of Newspeak. As a result of the study, it can be said that the control of collective memory, here, is given by a set of factors and articulations of the Party that intend exactly that. Therefore, considering the analysis of the work that constitutes the study object, it is essential that public communication serves for individual liberation, prioritizing the plurality of perspectives on the past.

Keywords: Memory; Control; Totalitarianism.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. POR TRÁS DA PRODUÇÃO DE “1984”	11
2.1 Orwell e seu último romance.....	11
2.2 A literatura de George Orwell e o totalitarismo.....	12
3. MEMÓRIA.....	20
3.1 Memória coletiva <i>versus</i> memória individual.....	20
3.2 Memória e poder.....	24
3.3 Memória e comunicação.....	27
4. COMUNICAÇÃO E MEMÓRIA EM “1984”	33
4.1 Percurso metodológico.....	33
4.2 O Departamento de Documentação.....	35
4.3 O Grande Irmão <i>versus</i> Goldstein.....	39
4.4 A teletela.....	44
4.5 A Novafala.....	47
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende entender como as estratégias de comunicação utilizadas pelo Partido Soring interferem na construção da memória coletiva da população da fictícia Oceânia, na obra literária “1984”, de George Orwell. Inspirado em governos totalitários das décadas de 1930 e 1940, “1984” aborda a memória como objeto passível de manipulação e anulação por tais regimes. No livro, o personagem principal, Winston Smith, trabalha no Ministério da Verdade, tendo como função alterar dados para que toda a história, comunicado e documento esteja de acordo com o que o Estado prega.

A memória enquanto instrumento de controle da realidade é disputada por governos com características autoritárias ao redor do mundo ao longo de toda a história. Em 1500, a *Index Librorum Prohibitorum* listava os livros proibidos pela Igreja Católica durante a Inquisição, que acabavam nas fogueiras, em um período sombrio da história da humanidade. Muito tempo antes, em 213 a.C., na China, a Dinastia Chin mandava queimar obras de adeptos ao Confucionismo (sistema filosófico chinês), acusados de subversão. “Os livros de história que não tragam a verdade sobre 64 (se referindo à ditadura militar) precisam ser eliminados” (MINISTRO...2019), disse o general da reserva, Aléssio Ribeiro Souto, ligado ao então candidato à presidência, Jair Messias Bolsonaro, em setembro de 2018. “O papel do MEC é [...] preparar o livro didático de forma tal que as crianças possam ter a ideia verídica, real, do que foi a sua história” (PRAZERES, 2018), disse o ex-ministro da Educação, Ricardo Vélez, sobre possíveis mudanças nos materiais escolares para “resgatar uma versão da história mais ampla”.

É admitindo e compreendendo a força da memória coletiva que o Partido, na obra, prepara o solo para a consolidação e permanência do seu poder. Através de diferentes estratégias comunicacionais, em consonância com uma vigilância e repressão excessivas, o governo molda o passado - e, conseqüentemente, o presente - a seu favor. Para entender a aplicabilidade dessas estratégias, porém, foi necessário primeiramente entender o contexto de quando o livro foi produzido e quais eram as referências do autor. Em constante diálogo com a conjuntura política e social da época, se posicionando vigorosamente contra os regimes centralizadores vigentes - e, inclusive, com realidades políticas contemporâneas -, a distopia de

Orwell tornou-se um marco da literatura britânica e é veementemente discutida até hoje.

Fui presenteada pela minha tia com uma edição do livro ao completar dezoito anos, como se a sua leitura fosse um rito de passagem obrigatório da adolescência para a vida adulta. Certamente, a obra me impactou o suficiente para se tornar tema da presente pesquisa, cinco anos depois. Crítica fervorosa da rede Globo, na época - creio que meados de 2016 -, encarei a narrativa como uma advertência acerca das possíveis ameaças dos meios de comunicação. Receosa pela conjuntura política que eu mesma vivenciava, carreguei comigo as inquietações de Winston até iniciar o curso de Jornalismo, um ano depois. Acredito que, inconscientemente, relacionei o conteúdo estudado com o conteúdo de "1984" ao longo de toda a minha trajetória universitária. Nada me parece mais justo que retomar a obra neste novo rito de passagem intitulado Trabalho de Conclusão de Curso. Depois de testemunhar não só a posse de Bolsonaro, em 2019, mas todo o seu mandato, suponho que ressaltar a importância da memória nacional para preservar, principalmente, a democracia brasileira, seja essencial - especialmente levando em consideração que escrevo esta introdução à dias da eleição presidencial.

Para melhor investigar as táticas comunicacionais do Socing - retomando agora o contexto político ficcional que me proponho a investigar - a pesquisa valeu-se da análise de conteúdo para, primeiramente, identificá-las e, posteriormente, relacioná-las aos diferentes conceitos estudados e referentes à memória. Foram constatadas cinco estratégias, que serão trabalhadas ao longo da monografia: a Novafala, idioma em processo de construção e implementação pelo Partido; os anúncios oficiais do governo, transmitidos pela teletela; a manipulação e descarte de registros, realizados pelo Departamento de Documentação; e a construção das imagens do Grande Irmão e de Goldstein, tido como Inimigo do povo. As diferentes técnicas serão analisadas sob uma abordagem qualitativa, com o objetivo de mapear as tendências e as intenções do Partido e expor os significados nelas implícitos, revelando como elas influenciam na construção da memória da população da Oceânia.

A maleabilidade do passado documentado e a fragilidade da memória coletiva - quando esta não é valorizada e salvaguardada - faz com que as tentativas de se obter e de se manter o poder através da sua manipulação sejam frequentes ainda hoje. Especialmente no Brasil, onde a democracia recente ainda sofre constantes

ataques e a predisposição social a apoiar regimes autoritários é significativa, tratar de memória e suas implicações no presente é essencial. De acordo com Sarlo (2007, p. 21), “vivemos na era da memória e o temor ou a ameaça de uma "perda de memória" corresponde [...] a um "tema cultural" que, em países onde houve violência, guerra ou ditaduras militares, se entrelaça com a política”. Diferentemente de países como a Argentina e o Chile, citados pela autora, cuja cultura de resistência a governos totalitários é fortemente embasada na preservação da memória nacional, o Brasil segue em busca de reparação histórica por crimes cometidos no período ditatorial que permanecem impunes.

A pesquisa também objetiva preencher uma lacuna identificada nos trabalhos acadêmicos acerca da obra de Orwell; apesar de muitos estudos abordarem o livro, poucos trabalham os instrumentos de controle do governo fictício sob uma perspectiva comunicacional - as análises são frequentemente voltadas para o sistema de vigilância empregado pelo Partido. Portanto, investigar o papel da comunicação na complexa estrutura social e política figurada pelo autor é essencial para que se possa enxergar além de estratégias óbvias e ordinárias de repressão e controle. Enquanto parte do cotidiano de qualquer sujeito, em qualquer sociedade, a comunicação deve ser encarada sob um olhar crítico, que veja além de discursos tidos historicamente como imparciais e objetivos.

Dito isso, a análise das estratégias comunicacionais na obra de Orwell pretende transpassar a barreira distópica e ficcional da literatura, para permear possíveis ameaças e táticas na conjuntura política atual que ameacem a memória coletiva e distorçam a história nacional. “A memória [...] 'coloniza' o passado e o organiza na base das concepções e emoções do presente” (ROSSI apud SARLO, 2007, p. 66), portanto, entender o seu processo de construção é possibilitar a emancipação do sujeito diante de exaustivas tentativas de manipulação e controle, atribuindo-lhe maior autonomia na concepção de sua própria identidade e subjetividade. Da mesma forma, compreender o papel dos meios de comunicação na incorporação de ideologias na memória coletiva permite o desenvolvimento de um olhar crítico e vigilante por parte da sociedade que os consome. Os sujeitos são capazes, então, de exigir a devida transparência midiática, além de saber distinguir o que é de interesse público e o que é de interesse daqueles que os controlam.

Para possibilitar tais entendimentos, a presente pesquisa contextualiza, no capítulo seguinte, as referências de Orwell, além de trazer um resumo da obra, o

contexto em que ela foi desenvolvida e seu diálogo com regimes totalitários. No terceiro capítulo, serão apresentados os conceitos de memória individual e coletiva, bem como esclarecida a construção destas a partir de elementos comunicacionais. Também serão apontadas as razões para o interesse estatal no controle memorial e como se dá essa solidificação do passado sancionado, autorizado, por aqueles que controlam a comunicação pública. A análise específica das estratégias comunicacionais utilizadas pelo Partido dentro da narrativa do livro, bem como o percurso metodológico da pesquisa, serão tratados no penúltimo capítulo.

2. POR TRÁS DA PRODUÇÃO DE “1984”

O presente capítulo propõe a contextualização da época em que o romance analisado foi produzido e a apresentação das possíveis influências de George Orwell para figurar a sociedade distópica da Oceânia. Além disso, ocupa-se em identificar estas possíveis referências dentro da narrativa e entender como o personagem principal reflete crenças e experiências do autor enquanto jornalista da BBC durante a Segunda Guerra. A seguir, será abordado também o conceito de regimes totalitários e como estes difundem sua ideologia perante a sociedade que dominam.

2.1. Orwell e seu último romance

George Orwell nasceu no dia 25 de junho de 1903, em Motihari, na Índia. Com apenas um ano de idade, no entanto, mudou-se para o Reino Unido com a família. Ao longo da vida trabalhou na Polícia Imperial Indiana, na Birmânia, e lutou, durante seis meses, na Guerra Civil Espanhola a favor da república. Durante a Segunda Guerra Mundial, por ter sido rejeitado pelo serviço militar devido à sua saúde, trabalhou na British Broadcasting Corporation (BBC) nos jornais *The Observer*, *Manchester Evening News* e *The Tribune*, do qual tornou-se editor.

Ensaísta e escritor, teve seu primeiro livro - “Na pior em Paris e Londres” - publicado em 1933. Só passou a ser reconhecido na área, porém, a partir do lançamento da “Revolução dos Bichos”, em 1945. O sucesso de “1984”, seu último romance, não pode ser testemunhado pelo autor, que faleceu em 21 de janeiro de 1950, em Londres, devido à tuberculose.

Inicialmente intitulado “O último homem da Europa”, “1984” se passa em um futuro distópico em que o estado, controlado pelo partido Socing (Socialismo Inglês, no idioma oficial Novafala), tem controle absoluto sobre a sociedade da fictícia Oceânia¹. Extremamente autoritário, exerce sua vigilância através da Polícia das Ideias e do seu líder, o Grande Irmão, tencionando o domínio total dos cidadãos, inclusive dos seus pensamentos, que deveriam ser estritamente ortodoxos.

A narrativa acompanha Winston Smith, um homem de meia-idade que faz parte do Partido Externo e trabalha no Departamento de Documentação - setor do Ministério da Verdade -, onde é responsável por alterar dados históricos e

¹ O romance é ambientado na antiga Grã-Bretanha, conhecida agora como "Pista de Pouso Número 1", uma província do superestado da Oceânia. Na distopia, o mundo é dividido em três blocos: a Oceânia, a Lestásia e a Eurásia.

documentais para que todas as informações estivessem de acordo com a ideologia do governo. Mesmo contrário ao regime, Winston se preocupa em dissimular seu desapeço a todos os momentos, temendo a repressão do Partido. No entanto, suas esperanças no futuro são renovadas quando conhece Julia, funcionária do Departamento de Ficção, por quem se apaixona.

Ambos contra o sistema vigente, o casal passa a confabular rebeliões até que são convidados por O'Brien, membro do alto escalão do Partido, a fazerem parte da Confraria, movimento clandestino que trabalhava para derrubar o governo. O convite, porém, era apenas uma armadilha para desmascará-los enquanto traidores. Os amantes, presos e torturados, não resistem à pressão e denunciam um ao outro, cedendo à pressão do Grande Irmão.

2.2 A literatura de George Orwell e o totalitarismo

Publicado em 1949, o romance "1984", de George Orwell - pseudônimo de Eric Arthur Blair -, é um dos mais conhecidos do autor, juntamente com "A Revolução dos Bichos". Em ambos, o autor denuncia as mazelas dos regimes totalitários, inspirado pela conjuntura política da época, em que imperava na Europa o socialismo soviético antagônico à ideologia fascista, além de um torpor social em relação à permanência e à possível expansão dos estados totalitários vigentes. Nascido na Índia, o romancista, ensaísta político e jornalista se mudou para a Inglaterra com poucos e, postumamente, virou adjetivo:

[...] comumente usamos o termo "orwelliano" de dois modos. Descrever um estado de coisas como "orwelliano" é aludir a tirania, medo e conformismo esmagadores. Descrever um texto como "orwelliano" é reconhecer que a resistência humana a esses terrores é inextinguível. (HITCHENS, 2002, p.15)

Segundo Hannah Arendt (1989, p. 371), em Origens do totalitarismo, "os movimentos totalitários são organizações maciças de indivíduos atomizados e isolados" cujas ideologias visam não "a transformação do mundo exterior ou a transmutação revolucionária da sociedade, mas a transformação da própria natureza do homem" (ARENDR, 1989, p. 510). Em "1984", Orwell trabalha tal temática a partir de uma distopia criada e desenvolvida com maestria ao longo de uma narrativa, marcada pela linguagem simples e objetiva. O gênero começa a ascender a partir da "vertiginosa renovação técnico-tecnológica e de um pessimismo social renovado e

aguçado pela Primeira Grande Guerra” (PAVLOSKI, 2013, n.p.) e vai de encontro àquilo que é colocado nas utopias literárias, onde a problematização do tempo presente se dá pelo contraste entre a realidade do leitor e a “projeção de um *ethos* ficcional considerado perfeito” (PAVLOSKI, 2013, n.p.). Segundo Jerzy Sachi (apud PAVLOSKI, 2013, n.p.), no entanto, apesar de serem contrárias, as distopias e as utopias conversam entre si por compartilharem um posicionamento crítico e processos criativos semelhantes, reavaliando conceitos a partir de universos ficcionais radicais, contrapostos às realidades em que são produzidas. No entanto, é importante salientar que as distopias criticam a concepção utópica de sociedades sem atritos; nelas, no percurso para atingir uma ordem perfeita, as diferenças entre os indivíduos são eliminadas, uniformizando social e politicamente a população e reduzindo-a a uma massa.

Não só o gênero literário utilizado por Orwell é influenciado pela época em que o autor escreveu o romance. Os eventos históricos testemunhados por ele condicionam perspectivas, ideias e críticas que são refletidas na obra e retratam tendências políticas seguidas e acatadas por diversos grupos. Apesar de projetar o futuro em 35 anos, “1984” está, na realidade, em constante diálogo com o contexto histórico e social em que foi escrito, se posicionando vigorosamente contra os regimes centralizadores vigentes.

Criticado, atualmente, por pensadores tanto de direita quanto de esquerda - que insistem que o romance é um ataque direto ao socialismo inglês e ao Partido Trabalhista -, Orwell não resume sua obra enquanto crítica aos regimes socialistas e/ou comunistas. Diferentemente de “A Revolução dos Bichos”, que faz claras referências a personagens históricos da União Soviética, “1984” tem sua crítica voltada para o cerceamento da liberdade e para os dispositivos reguladores de que se beneficiam os estados totalitários.

Meu novo romance não pretende ser um ataque ao socialismo nem ao Partido Trabalhista Britânico (o qual apoio), e sim desmascarar as perversões a que está sujeita uma economia centralizada e que já se concretizaram parcialmente no comunismo e no fascismo [...]. A ambientação do livro é na Grã-Bretanha para salientar que os povos falantes do inglês não são congenitamente melhores do que quaisquer outros e que o totalitarismo, se não for combatido, poderá triunfar em qualquer lugar. (ORWELL apud HITCHENS, 2002, p. 52)

Através de um estado de vigilância permanente, da exploração do trabalho, da violência exercida sobre os inimigos do Estado, da criação de um código linguístico híbrido e de uma constante reescrita da história oficial, o regime do Grande Irmão triunfa em “1984”. A sociedade figurada por Orwell “configura um *ethos* caracterizado pela ortodoxia fanática, pela normalização dos sujeitos e pela homogeneidade imposta como modelo comportamental” (PAVLOSKI, 2013, n.p.). Diante dos dispositivos reguladores citados acima, o Socing - partido dominante na Oceânia - manipula a memória coletiva, demandando “não somente uma enorme infraestrutura, mas também um condicionamento efetivo de todos os indivíduos, já que os registros, uma vez alterados, devem ser aceitos sem hesitação para que assumam a legitimidade necessária” (PAVLOSKI, 2013, n.p.).

É a partir de seu personagem principal que George Orwell descreve as particularidades da sua sociedade ficcional e desenvolve o enredo da obra. Um dos membros externos do Partido, Winston trabalha no Ministério da Verdade, mais especificamente no Departamento de Documentação, e está diretamente envolvido na reescrita e descarte de documentos “que por esse ou aquele motivo fora julgado necessário alterar - ou, no linguajar oficial, retificar” (ORWELL, 2009, p. 52). Depois de alterados, os documentos - fossem livros, cartazes, panfletos ou periódicos -, tinham as suas versões originais destruídas e substituídas nos arquivos pela versão recém corrigida. “Dia a dia e quase minuto a minuto o passado era atualizado” (ORWELL, 2009, p. 54).

Contrário e inadequado à ideologia do Partido, Winston se vê buscando um passado inalterado pela doutrina estatal, um passado que se solidifique para algo além dos registros adulterados, apagados e concebidos pelo governo. Ao tentar resgatar essa memória tantas vezes reescrita, ele inconscientemente busca também se reconectar com sua própria identidade que, segundo Pavaloski (2013), diante da profunda falta de referências sociais e afetivas e do enfraquecimento físico e psicológico dos indivíduos, fica sujeita à ideologia dominante. A narrativa oficial da história, que impõe verdades sem enfrentar qualquer tipo de discurso contraditório, passa então a ser parte fundamental da construção identitária da comunidade; se não a construí-la por completo. “Se por um lado, a memória [...] se mostra inconstante e insegura na recuperação dos fatos; por outro, o mecanismo de alteração contínua do passado impossibilita a verificação de dados por meio de qualquer objeto textual” (PAVLOSKI, 2013, n.p.).

É importante entendermos, no entanto, que Winston não é somente uma figura de base para o desenvolvimento da história, mas sim um “construto ficcional por meio do qual algumas características e experiências do autor empírico são projetadas” (PAVLOSKI, 2013, n.p.). Suas vivências enquanto repórter e produtor durante a Segunda Guerra Mundial na BBC e seu contato com a propaganda influenciam diretamente a figuração da sociedade distópica da Oceânia. Entre 1941 e 1943, Orwell transmitia para a Índia, via rádio, informações sobre eventos que, sob os cuidados da emissora, se transformavam, prontamente, em propaganda britânica. Segundo Pavloski (2013, n.p.), essa atuação direta na manipulação de fatos em prol do imperialismo inglês é o que desencadeou no autor “uma repulsa aos canais oficiais de informação e um profundo descrédito em relação à veracidade dos acontecimentos transmitidos por essas organizações”. Hitchens, em “A Vitória de Orwell” traz um trecho do seu diário, escrito logo após a detenção dos líderes do Partido do Congresso pelos britânicos, em agosto de 1942:

Em agosto de 1942, logo depois que os britânicos detiveram os líderes do Partido do Congresso, ele escreveu em seu diário: “Horrabin estava fazendo um programa hoje e, como sempre, nós o apresentamos como o homem que desenhou os mapas para Outline of history, de Wells, e Glimpses of world history, de Nehru². Isso fora trabalhado com muitos trailers e anúncios prévios pois a associação de Horrabin com Nehru naturalmente era um chamariz para a Índia. Hoje a referência a Nehru foi cortada do anúncio - N. está na prisão e portanto tornou-se um Mau. (ORWELL apud Hitchens, 2002, p. 35)

Ainda tratando da Índia, Hitchens (2002) menciona o crescimento da língua inglesa no país como forma de domínio por parte do Império Britânico. O movimento pode ser percebido na maioria dos países colonizados, que passam a adotar a linguagem de seus invasores. No apêndice de “1984”, intitulado “Os princípios da Novafala” - idioma implementado pelo governo -, Orwell explica a estratégia utilizada tanto no livro quanto historicamente, quando diz que a linguagem foi inventada com o objetivo de “não somente fornecer um meio de expressão compatível com a visão de mundo e os hábitos mentais dos adeptos do Socing, mas também inviabilizar todas as outras formas de pensamento” (ORWELL, 2009, p. 348). Mesmo que o autor não estivesse necessariamente fazendo referência especificamente ao

² Jawaharlal Nehru foi figura central no Movimento Índia Livre, tornando-se o primeiro-ministro do país pós independência, em 1947. Membro do Partido do Congresso - primeiro movimento nacionalista moderno a surgir no Império Britânico na Ásia -, foi eleito à presidência do Congresso nacional nos anos de 1936, 1937 e 1946. É considerado o sucessor político de Mahatma Gandhi.

colonialismo inglês, suas inspirações ficam claras quando entendemos o contexto em que ele produziu a obra.

Inúmeras comparações podem ser feitas entre o livro e sociedades sob regimes totalitários da época. A Alemanha nazista, por exemplo, também usou a imprensa, o rádio, a televisão e outros meios de comunicação para difundir a ideologia do partido e fortalecer a devoção da população ao seu líder. No entanto, o que torna “1984”, ainda hoje, uma das obras mais influentes é a sua capacidade de ser atemporal. Justamente por não se prender à críticas direcionadas a um único caso, explorando o totalitarismo como um regime passível de ser instalado em qualquer sociedade, o autor foi capaz de rever estratégias políticas de dominação, ao mesmo tempo que antecipava outras. Christopher Hitchens, cinquenta e três anos depois da publicação do livro, compara-o com a República Democrática Popular da Coreia no começo dos anos 2000, citando a figura gigantesca do Grande Líder Kim Il Sung nos prédios públicos, os alto-falantes e rádios a transmitir a propaganda estatal, além da proibição total de notícias do exterior e de contato com outros países.

Insistência absoluta, em todos os livros e em todas as publicações, sobre uma visão unânime de um passado miserável, um presente laborioso e um futuro radiante. Repetidos boletins com notícias totalmente falsas sobre testes de mísseis bem-sucedidos e magníficas metas de produção. Clima generalizado de escassez e fome, mitigados apenas por alimentos abomináveis e em quantidades limitadas (HITCHENS, 2002, p. 79)

A estrutura controladora instituída em estados totalitários, porém, não somente impede que o indivíduo se oponha publicamente ao regime vigente, temendo represálias do governo, mas também que efetivamente não queira mais se opor; simplesmente por nem ao menos se interessar pela vida política. A intenção por trás de tanto esforço em veicular a ideologia estatal a todo o momento e em todo lugar é justamente criar um estado de passividade da população. De acordo com Pavloski (2013, n.p.), “o desinteresse pelos rumos políticos e pelos dispositivos utilizados pelos Estados na regulamentação das sociedades deixa o caminho aberto para a ascensão e solidificação dos governos totalitários”.

Julia não tinha o menor interesse nas diversas ramificações da doutrina do Partido. Sempre que ele começava a falar nos princípios do Socing, do duplispensamento, da mutabilidade do passado e da recusa da realidade objetiva, ela se entediava. [...] Se era sabido que tudo aquilo não passava

de besteira, por que se preocupar com o assunto? Ela sabia quando aplaudir e quando vaiar e isso era tudo o que precisava saber. [...] Conversando com ela, ele percebeu como era fácil exibir um ar de ortodoxia sem fazer a mínima ideia do que fosse "ortodoxia". De certa maneira, a visão de mundo do Partido era adotada com maior convicção entre as pessoas incapazes de entendê-la. Essas pessoas podiam ser levadas a acreditar nas violações mais flagrantes da realidade porque nunca entendiam por inteiro a enormidade que se solicitava delas, e não estavam suficientemente interessadas nos acontecimentos públicos para perceber o que se passava. (ORWELL, 2009, p. 186 - 187)

A passividade de Júlia é sintoma do contínuo processo de rearticulação da memória coletiva por parte do Partido. A construção de uma identidade está intimamente ligada à organização dos fragmentos de fatos e acontecimentos que constituem a memória (PAVLOSKI, 2013); e é essa busca pela materialidade histórica e pela própria identidade que faz com que a sociedade da Oceânia aceite incondicionalmente as verdades impostas pelo Estado como realidade. Assim como Winston, Júlia também trabalha no Ministério da Verdade, participando ativamente dessa rearticulação constante e criando o que Pavloski (2013, n.p.) descreve como “círculo perpetuamente renovado no qual os mecanismos totalitários se atualizam por meio dos sujeitos aos quais esses mesmos dispositivos se destinam.

Ideology complements terror by eliminating the capacity for individual thought and experience among the executioners themselves, binding them into the unified movement of destruction. Ideologies – pseudo-scientific theories purporting to give insight into history – give their believers “the total explanation of the past, the total knowledge of the present, and the reliable prediction of the future” (CANOVAN, 2000, p. 27-28)

O fato de tais verdades não enfrentarem discursos contrários implica na solidificação do poder do regime através dessa narrativa sancionada pelo grupo dominante. A propaganda estatal, então, reestrutura a história de forma a “atribuir aos atos do Partido um *status* inabalável de coerência e justiça” (PAVLOSKI, 2013, n.p.). É desta forma que a mídia passa a ser instrumento de justificação da autoridade do governo, fundamentando seu poder sob uma materialidade histórica construída e manipulada em benefício próprio; os meios de comunicação não somente difundem as informações que resguardam o poder governamental, como também as produzem com este mesmo objetivo.

Segundo Arendt (1989, p. 441), “o verdadeiro objetivo da propaganda totalitária não é a persuasão, mas a organização”. Bem como nos anúncios da teletela, que serão revisitados no terceiro capítulo, o fluxo dos acontecimentos,

embasados por algoritmos e pesquisas no intuito de conferir cientificidade aos dados, é tendenciosamente direcionado de modo a sugerir a integridade e a excelência do Estado. Retomando as inspirações de Orwell ao figurar as estratégias de comunicação utilizadas pelo Soving, podemos citar a publicação da nova história oficial do Partido Comunista, em 1938, escrita a partir da violenta campanha de repressão política da União Soviética, conhecida como Grande Expurgo, em que os considerados “inimigos do povo” foram dizimados, juntamente de livros e documentos que não condiziam com a política partidária.

Neste processo de reescrita em prol do Estado, a própria história se apresenta como uma obra ficcional subjugada à frequente intervenção institucional. Segundo Pavloski (2013, n.p.), George Orwell se inclui, assim, “numa tradição de discussões problematizadoras dos limites entre fato e ficção”, expondo o envolvimento inerente da ficção no processo de construção de um discurso supostamente científico. Isso porque, em “1984”, “o processo de análise e registro do passado se vincula diretamente à subjetividade de seus historiadores” (PAVLOSKI, 2013, n.p.). No caso da obra, historiografia e mídia se misturam quando o registro e a difusão de informações compartilham dos mesmos critérios e objetivam construir uma memória coletiva benéfica para o Partido. Essa construção sempre parcial da narrativa - que ultrapassa os limites do texto literário - será melhor compreendida mais adiante, ao abordarmos a relação entre comunicação e memória.

Assim como a ficção histórica e a história narrativa, a metaficção historiográfica não consegue deixar de lidar com o problema do status de seus “fatos” e da natureza de suas evidências, seus documentos. E, obviamente, a questão que com isso se relaciona é a de saber como se desenvolvem essas fontes documentais: será que podem ser narradas com objetividade e neutralidade? Ou será que a interpretação começa inevitavelmente ao mesmo tempo que a narrativização?” (HUTCHEON apud PAVLOSKI, 2013, n.p.)

Neste contexto, o diário escrito por Winston passa a representar um registro histórico plausível por não sofrer rearticulações induzidas pela ideologia estatal. Apesar de, obviamente, não ser um texto imparcial, o diário se apresenta como prova documental passível de ser interpretada e de gerar conhecimento real acerca do contexto em que foi escrito. O próprio personagem sabia que “marcar o papel era

o ato decisivo” (ORWELL, 2009, p. 17). Isso porque, diante de qualquer regime totalitário,

[...] o ato de rememorar eventos pretéritos individuais ou coletivos reveste-se de considerável prestígio, na medida em que qualquer ato de reminiscência, por mais singelo que possa ser, está associado com “a resistencia antitotalitaria”¹⁴ (TODOROV, 2000, p. 14 apud BRIZOTTO, 2017, p. 52), espaço no qual “la reconstrucción del pasado [es] percebida como un acto de oposición al poder.”¹⁵ (TODOROV, 2000, p. 14 apud BRIZOTTO, 2017, p. 52).

Assim, entendemos que o registro da memória individual é também essencial para a construção de uma memória coletiva que não se submeta simplesmente à ideologia que lhe é imposta. No capítulo seguinte, serão destrinchados estes conceitos de memória, a fim de compreender as suas esferas individuais e coletivas, bem como o porquê de sua manipulação e controle serem do interesse daqueles no poder, especialmente quando se tratando de regimes totalitários.

3. MEMÓRIA

O capítulo a seguir pretende embasar a análise das estratégias que será feita mais adiante com conceitos e reflexões acerca da memória, enquanto reveladora do presente e aspecto essencial da identidade e subjetividade do sujeito. Para tanto, serão apresentados os conceitos de memória individual e coletiva, a fim de esclarecer a sua construção e possível manipulação, especialmente a partir de elementos comunicacionais, compreendendo o papel destes no processo de incorporação da ideologia na memória coletiva. Também serão apontadas as razões para o interesse estatal no controle memorial e esclarecido como se dá a solidificação do passado reescrito por aqueles que controlam a comunicação pública.

3.1 Memória coletiva *versus* memória individual

O passado, refletiu ele, não fora simplesmente alterado, na verdade, fora destruído. Pois como fazer para verificar o mais óbvio dos fatos, quando o único registro de sua veracidade estava em sua memória? (ORWELL, 2009, p. 48)

Em meio a tantas discussões trazidas à tona pelo contexto extremo de totalitarismo, explorado em “1984”, os questionamentos sobre a memória são revisitados constantemente ao longo da obra. O autor cria um cenário tão radicalmente opressivo e controlador que o próprio leitor passa a se perguntar acerca da validade de suas lembranças. Como o personagem principal, nos questionamos se somos capazes de provar aquilo que sabemos ser verdade. Se não existem registros, como podemos legitimar nossas lembranças? O que as torna reais e externas à nossa própria mente?

É a partir disso que passamos a considerar o testemunho dos outros. Nossos pares, aqueles que convivem em sociedade conosco e partilham das nossas lembranças. Para Maurice Halbwachs (1990), toda memória é construída coletivamente e é através do pertencimento a um grupo social que somos capazes de localizar e resgatar nossas próprias lembranças.

[...]quando um homem entra em sua casa sem estar acompanhado de alguém, sem dúvida durante algum tempo "esteve só", segundo a linguagem comum. Mas lá não esteve só senão na aparência, posto que, mesmo nesse intervalo, seus pensamentos e seus atos se explicam pela

sua natureza de ser social, e que em nenhum instante deixou de estar confinado dentro de alguma sociedade (HALBWACHS, 1990, p. 36 - 37).

Segundo o autor, a sociedade em que o indivíduo está inserido é que fornece o apoio externo necessário que o permite rememorar, encontrando memórias armazenadas no seu subconsciente. É somente a partir deste estímulo externo que a memória é revisitada. Portanto, é justo dizer que a memória coletiva depende da comunicação entre os indivíduos pertencentes a um mesmo grupo social.

Na Oceânia de Orwell, no entanto, é justamente essa comunicação que é constantemente impedida pelo Partido, que se constitui como fonte única para a reafirmação de quaisquer fatos históricos. Diferenciando as lembranças que nos vêm com facilidade daquelas que nos fogem à memória, Halbwachs (1990, p. 49) explica que “as segundas nos são menos e mais raramente acessíveis, porque os grupos que as trariam a nós estão mais distantes; não estamos em contato com eles senão de modo intermitente”. No caso de “1984”, apesar de o grupo a que o autor se refere não estar distante fisicamente de Winston, o contato entre esses indivíduos é superficial diante da vigilância constante do Partido, que impossibilita testemunhos desaprovados pela ideologia dominante. Sem o testemunho genuíno dos outros, o personagem não consegue validar suas próprias lembranças e, conseqüentemente, o seu próprio testemunho - caso ele arriscasse ir de encontro com a narrativa difundida pelo governo.

O mesmo Partido que interfere na transmissão de uma memória coletiva real entre os indivíduos - através da Polícia das Ideias e do olhar constante do Grande Irmão -, também não mede esforços para construir e difundir uma memória coletiva própria, que o beneficie. Assim, o pensamento político-social defendido pelo Estado se faz presente na narrativa individual dos cidadãos que reproduzem, sem perceber, resquícios da ideologia constantemente reforçada em suas mentes.

Frequentemente, é verdade, tais imagens, que nos são impostas pelo nosso meio, modificam a impressão que possamos ter guardado de um fato antigo, de uma pessoa outrora conhecida. Pode ser que essas imagens reproduzam mal o passado, e o que o elemento ou a parcela de lembrança que se achava primeiramente em nosso espírito, seja sua expressão mais exata: para algumas lembranças reais junta-se assim uma massa de lembranças fictícias. (HALBWACHS, 1990, p. 28)

É a partir destas lembranças fictícias, que nos são impostas pelo meio, que se constroem testemunhos hegemônicos que fortalecem a autoridade do partido no

poder. É também por meio desses estímulos externos controlados pelo governo que adquirimos o que Michael Pollak (1992, p. 2) descreve como “memória herdada”, em que “acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer” se fundem ao imaginário social de forma a serem quase que “vividos por tabela”. Por meio da socialização política ou histórica, o indivíduo se identifica tão fortemente com determinado fato que é impossível que consiga afirmar se participou dele, ou não.

A construção de uma memória coletiva compreende, então, a exclusão, repressão e, conseqüentemente, o esquecimento de tudo aquilo que se mostra contrário à história que se quer contar e à identidade coletiva que se pretende conceber e/ou conservar. “[...] Todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência” (POLLAK, 1992, p. 7) fazem com que os passados e as ideias se confundam. “Estamos tão bem afinados com aqueles que nos cercam, que vibramos em uníssono, e não sabemos mais onde está o ponto de partida das vibrações, em nós ou nos outros” (HALBWACHS, 1990, p. 47).

Halbwachs esclarece que essa identificação entre o grupo e o indivíduo, que dá margem a novas (e, por vezes, falsas) memórias só é possível se existirem pontos de contato suficiente entre os seus membros, que permitam a reconstrução de tais “lembranças” sobre um fundamento comum:

[...] dentro desse conjunto de depoimentos exteriores a nós, é preciso trazer como que uma semente de rememoração, para que ele se transforme em uma massa consistente de lembranças. Se, ao contrário, essa cena parece não ter deixado, como se diz, nenhum traço em nossa memória, isto é, se na ausência dessas testemunhas nós nos sentimos inteiramente incapazes de lhe reconstruir uma parte qualquer; aqueles que nô-la descrevem poderão fazer-nos um quadro vivo dela, mas isso não será jamais uma lembrança. (HALBWACHS, 1990, p. 28)

Diante da possibilidade de manipulação da memória coletiva, como é no caso de “1984”, nos deparamos com o mesmo problema de Winston: o que torna a memória individual admissível, quando não se tem o testemunho do outro, nem evidências externas do determinado acontecimento? Mesmo defendendo a construção essencialmente coletiva da memória, Halbwachs (1990, p. 25) admite que “a primeira testemunha, à qual podemos sempre apelar, é a nós próprios”. Isso

porque, assim como afirma Paul Ricoeur (2007), o caráter primeiro da memória é essencialmente privado. As lembranças não são transferíveis de uma mente para a outra; o passado lembrado por mim é concebido e armazenado a partir das *minhas* impressões e, nesse sentido, é exclusivamente *meu* passado.

[...] eu tenho apenas um guia fiel com o qual posso contar: a cadeia de sentimentos que marcaram o desenvolvimento da minha existência, e da qual os acontecimentos têm consigo a causa ou o efeito [...]. Posso fazer omissão nos fatos, transposições, erros de datas, mas não posso me enganar sobre o que senti nem sobre o que meus sentimentos me fizeram fazer (ROUSSEAU apud GONDAR, 2016, p. 38).

Tais sentimentos são abordados por Ricoeur (2007) enquanto “impressões-afecções”, que permitem ao indivíduo identificar o passado apoiando-se “num suporte material, numa apresentação figurada, retrato, pois a representação induz a identificação com a coisa retratada em sua ausência” (RICOEUR, 2007, p. 437 - 438). É a partir da convicção nessa memória individual que Winston ampara seus questionamentos e sua oposição velada contra o Partido e a história oficial que ele prega. São essas impressões que concebem a memória individual e que permanecem com o sujeito, possibilitando, como consequência, o reconhecimento.

No entanto, a subjetividade intrínseca nas impressões-afecções e, conseqüentemente, na própria memória individual coloca a narrativa memorialística em uma espécie de limbo interpretativo, recorrendo à necessidade de um imaginário de autenticidade testemunhal (SARLO, 2007). Quando o testemunho é a única fonte, portanto, é essencial que se possa validar a própria narrativa a partir da narrativa de outrem. A memória individual torna-se, assim, indissociável da memória coletiva, tendo em vista que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 1990, p. 51) e que a suspeita com relação a essa subjetividade só pode ser anulada através da palavra de alguém que confirme aquilo que é narrado. Como afirma Ricoeur (2007), a confiabilidade de cada testemunho repousa na segurança do vínculo social, ou seja, na confiança na palavra do outro.

Se referindo à transição democrática após governos ditatoriais na América Latina, Beatriz Sarlo (2007, p. 20) salienta a importância do testemunho enquanto “instrumento jurídico e como modo de reconstrução do passado, ali onde outras fontes foram destruídas”. Nestes casos de memórias reprimidas e apagadas, a desconfiança diante do testemunho é suspensa por motivos morais, jurídicos e

políticos. Citando Chile, Uruguai e Argentina, a autora exemplifica como os atos de memória e a reconstituição de atos de violência estatal por vítimas-testemunhas se tornam indispensáveis à democracia, visto que nenhuma condenação teria sido possível se tais relatos não tivessem existido. É importante esclarecer, no entanto, que a desconfiança diante dos testemunhos, neste caso, só foi desconsiderada porque o objetivo “não era compreender o mundo das vítimas, mas conseguir a condenação dos culpados” (SARLO, 2007, p. 67).

No contexto apresentado por George Orwell, em “1984”, atos de memória como os propostos por Sarlo (2007) são impossíveis diante do controle absoluto do Partido, que anula as experiências dos indivíduos ao impedir qualquer tipo de testemunho verdadeiro:

Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-se de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no comum (SARLO, 2007, p. 24)

É reprimindo os testemunhos provenientes da memória individual e controlando os estímulos exteriores - e, conseqüentemente, a narrativa - que a construção de uma memória coletiva se torna convenientemente manipulável por aqueles no poder. Anulando-se o testemunho, a comunicação, anula-se a experiência e, finalmente, o indivíduo.

3.2 Memória e poder

Quem controla o passado, controla o futuro; quem controla o presente, controla o passado (ORWELL, 2009, p. 47).

A memória coletiva, enquanto construção consciente ancorada em estímulos externos passíveis de manipulação, implica em escolhas fundamentadas sob uma intencionalidade determinada. O que conservar e o que suprimir da história? Que fatos deslocar, moldar ou - até mesmo - inventar? Em “Cinco proposições sobre memória social”, Jô Gondar (2016) explica que por trás de cada escolha existe uma aposta e um propósito quanto ao que está por vir. “O conceito de memória, produzido no presente, é uma maneira de pensar o passado em função do futuro que se almeja” (GONDAR, 2016, p. 25). Posto isto, o “selecionar” da memória - e, conseqüentemente, do esquecimento -, como ação deliberada, é disputado por

diferentes grupos sociais, políticos e econômicos. Quem de fato controla a memória coletiva é quem tem o poder maior na sociedade em questão, moldando o passado a partir do futuro que se pretende construir.

Ricoeur (2007) se refere a uma memória “autorizada”, “oficial”, que se difere da memória vivida e que passa por um processo de aculturação e familiarização ao ser aprendida e celebrada publicamente. Visando a formação de uma história nacional que constrói e preserva um sentimento de unidade dentro de uma sociedade, um grupo ou, no caso de “1984”, um partido político, menospreza a verdade, criando e difundindo sua própria versão dos fatos, que passa a ser tida como verídica. É pela manutenção dessa união, tido como bem maior da nação, que se justifica a violência em regimes autoritários.

Sendo impossível impor a obediência à justiça, foi imposta como justa a obediência à força. Sendo impossível fortalecer a justiça, justificou-se a força, a fim de que o justo e o forte ficassem juntos e reinasse a paz, que é o bem soberano (LAFUMA, fragmento 81 apud RICOEUR, 2007, p. 283)

Citando Hobbes, Ricoeur (2007, p. 92) responsabiliza a origem da filosofia política a uma “situação originária na qual o temor da morte violenta impele o homem do ‘estado de natureza’ aos vínculos de um pacto contratual que garantirá inicialmente sua segurança”. É instaurando climas de “vigilância mútua, de delação, no qual as práticas mentirosas solapam as bases da confiança na linguagem” (RICOEUR, 2007, p. 175), que o grupo dominante inscreve na semiótica cultural, e na identidade individual, a sua ideologia.

Poder é infligir dor e humilhação. Poder é estraçalhar a mente humana e depois juntar outra vez os pedaços, dando-lhes a forma que você quiser (ORWELL, 2009, p. 311).

Buscando legitimar a autoridade daqueles no poder, a ideologia veiculada à memória coletiva, e sustentada por ela, utiliza de diversas estratégias para se manter inquestionável perante a população que controla. Gondar (2016) inclusive aponta a multiplicação de pequenas fronteiras sociais como uma dessas estratégias, argumentando que isso desencadearia a neutralização do potencial criativo dos diferentes grupos, facilitando o seu controle. Isolando os indivíduos que se pretende dominar e enfraquecendo o crédito outorgado à palavra de outrem, a ideologia passa, despercebida, a infiltrar-se nos costumes da sociedade tradicional.

É nesse contexto que se produz “um sujeito adaptado ao sistema de poder que lhe dá a ilusão do domínio sobre si mesmo, sobre a natureza e sobre a história” (RICOEUR, 2007, p. 262), acreditando pensar e sentir livremente.

A história passa assim a ilusão de encontrar o real que ela representa. Na verdade, seu discurso não é mais que “um discurso performativo adulterado, no qual o constativo, o descritivo (aparente), na verdade é apenas o significante do ato de fala como ato de autoridade” (BARTHES apud RICOEUR, 2007, p. 262)

A partir da memória autorizada, imposta e tida como oficial, atos violentos efetuados pelo grupo dominante são validados e celebrados enquanto acontecimentos fundadores, construindo, assim, indivíduos com identidades consolidadas sob feridas simbólicas, agora naturalizadas perante a sociedade. Por meio da intimidação e também da sedução, as “potências superiores passam a direcionar a composição da intriga e impõem uma narrativa canônica” (RICOEUR, 2007, p. 455) que se estende para “uma forma ardilosa de esquecimento, resultando do desapossamento dos atores sociais de seu poder originário de narrarem a si mesmos” (RICOEUR, 2007, p. 455).

Na obra de Orwell, a conjuntura inescapável de dominação pelo Partido leva os indivíduos a se renderem ao chamado “*duplipensamento*” como única maneira de sobrevivência. O conceito conversa com o que Paul Ricoeur (2007) chama de “esquecimento de fuga”: comportamento semi passivo caracterizado por “uma obscura vontade de não se informar, de não investigar o mal cometido pelo meio que cerca o cidadão, em suma um querer-não-saber” (RICOEUR, 2007, p. 455). Nestes casos, Beatriz Sarlo (2007) afirma que a única solução para se desvencilhar da alienação e da coisificação, estabelecidas pelo governo, seria justamente os relatos de memória.

Sendo assim, a existência de registros que atestem a narração dessas lembranças é imprescindível para que nos mantenhamos protegidos de tentativas de manipulação desmedidas por parte de nossos governantes. Mesmo que qualquer documento seja um recorte intencional de quem o produz, como afirma Jacques Le Goff (2013), é necessário que as narrativas neles contidas não sejam aceitas como verdades absolutas sem que sejam minimamente questionadas por quem as consome. O entendimento de que qualquer narrativa parte de uma pré-seleção de

elementos a serem lembrados e a serem esquecidos é o que nos permite perceber a perspectiva e a intenção por trás dela.

No caso de narrativas governamentais, como as que serão analisadas mais adiante, a intenção transita entre o interesse público e a necessidade de visibilidade e promoção da própria política, constantemente buscando a formação de uma opinião pública favorável que permita que o grupo dominante permaneça no poder. Não é difícil perceber que, quando só existe uma narrativa, uma perspectiva e, portanto, uma memória, sendo difundida, esta acaba por ser tida como a única possível.

3.3 Memória e comunicação

A invenção da imprensa, contudo, facilitara a tarefa de manipular a opinião pública, e o cinema e o rádio aprofundaram o processo. Com o desenvolvimento da televisão [...] Todos os cidadãos [...] podiam ser mantidos vinte e quatro horas por dia [...] ouvindo a propaganda oficial, com todos os outros canais de comunicação fechados. A possibilidade de obrigar todos os cidadãos a observar estrita obediência às determinações do Estado e completa uniformidade de opinião sobre os assuntos existia pela primeira vez (ORWELL, 2009, p. 243).

Retomando as considerações de Halbwachs acerca da memória ter sempre por suporte um grupo social, compreendemos que, nos casos em que este suporte não esteja mais - quaisquer sejam os motivos - ancorado nos indivíduos ao nosso redor, “o único meio de preservar essas lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa, pois os escritos permanecem, enquanto as palavras e os pensamentos morrem. (HALBWACH apud LUZ, 2016, p. 24). No entanto, como afirma Pollak (1992), se a memória coletiva é construída a partir de recortes, intencionais ou não, toda a documentação que se faz dela também o é. Jacques Le Goff (2013, p. 496 - 497) reforça ainda que um documento não é somente resultado da sociedade que o produziu, mas “também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio”.

É preciso entender que a mídia - seja ela em forma de jornais, televisão, vídeo, fotografia, cartazes ou rádio - ocupa um lugar privilegiado de "produção, exposição e circulação de ideias, valores, comportamentos, perspectivas de entendimento e de ação" (BERGER apud LUZ, 2016, p. 28). Ou seja, os meios de comunicação constituem uma instância importante de disseminação e preservação

da ideologia mencionada anteriormente, que, então, influencia e sustenta a memória coletiva, assim como ela o faz, reciprocamente. Sendo assim, o que deve ser considerado é por quem e porque os fatos resguardados pela mídia - e conseqüentemente, pela memória - são “solidificados e dotados de duração e estabilidade” (POLLAK apud LUZ, 2016, p. 26) perante determinada sociedade.

Sob a ilusão de uma linguagem neutra e baseados em convenções de veracidade, os discursos midiáticos veiculam conteúdos políticos e ideológicos com ares de imparcialidade e transparência. A partir da criação articulada de um discurso a ser veementemente difundido em sociedade, o grupo que controla os meios de comunicação passa a institucionalizar socialmente determinados sentidos, contribuindo “na constituição do imaginário social e na cristalização da memória do passado, bem como na construção da memória do futuro” (MARIANI, 2007, p. 215).

[...] a esse leitor-massivista só resta assujeitar-se aos processos normatizadores de individualização promovidos pelo Estado, institucionalizados juridicamente e pedagogicamente difundidos pela mídia como lugar de circulação de sentidos logicamente estabilizados (MARIANI, 2007, p. 202)

É desta forma que os meios de comunicação colaboram para a estruturação de novos conceitos de nação, harmônicos com a ideologia do grupo dominante, que passam a constituir a subjetividade dos sujeitos que os consomem. Os acontecimentos transmitidos pela imprensa tendem a ser, assim, ressignificados de acordo com uma perspectiva que favoreça aqueles no poder e a sua permanência no status. Tudo o que é afirmado em jornais, na televisão ou rádio *pode* ser afirmado justamente porque é condizente com a conjuntura histórica em que tais veículos são produzidos. Segundo Bethani Mariani (2007, p. 216), em seu artigo “Imprensa, produção de sentidos e ética”, “o que é dito nos jornais depende fortemente das possibilidades enunciativas específicas de cada formação social” e, portanto, deve ser analisado de acordo com tal contexto. A autora também enfatiza que nessa relação com o Estado, enquanto grupo dominante, os meios de comunicação agendam “para os sujeitos leitores o que ler, fazer, comer, pensar, agir, criticar etc” (MARIANI, 2007, p. 212), visando uma padronização e homogeneização histórica do grupo dominado.

Ao apresentar os níveis operatórios da ideologia, Paul Ricoeur (2007) esclarece que é através e por causa da função seletiva da narrativa que a memória

é incorporada à constituição da identidade: tendo em vista os “recursos de variação oferecidos pelo trabalho de configuração da narrativa”, é ela “que oferece à manipulação a oportunidade e os meios de uma estratégia engenhosa que consiste, de saída, numa estratégia do esquecimento tanto quanto da rememoração”. (RICOEUR, 2007, p. 98) Para o autor, a manipulação é efetivada quando a ideologia é usada como discurso justificador do poder e da dominação.

Em “1984”, o autor se vale da credibilidade e do poder simbólico atribuídos aos discursos jornalísticos para conceber a sociedade fictícia da Oceânia. No romance, “parte-se do pressuposto de que o que se lê, ouve ou vê é o que efetivamente aconteceu” (BRASILIANSE; RIBEIRO, 2007, p. 222). É essa convicção nos meios de comunicação - controlados e produzidos por testemunhas autorizadas - que possibilita a reconstrução de valores e identidades sem que esse movimento manipulatório seja percebido. Ricoeur (2007) explica que sem que o público possa verificar a veracidade dos acontecimentos noticiados - e sem que pareça haver necessidade para tanto -, a narrativa oficial veiculada pela imprensa se torna um instrumento cognitivo através do qual o grupo dominante passa a transmitir uma história política adequada à conjuntura histórica.

Sustentada pelo imaginário de transparência da linguagem e de objetividade, a mídia - inteiramente sob controle do Partido, na obra de Orwell - “narra, descreve e recobre a fragmentação e a dispersão cotidianas em seções, realizando uma espécie de catalogação do real, deixando o real palatável e simbolicamente disciplinado” (MARIANI, 2007, p. 199). Segundo Ricoeur (2007), é a partir da memorização de datas, fatos, acontecimentos marcantes e personagens importantes, que a história é assim ensinada, tendo sempre como base referencial a nação.

Este passado imposto, no entanto, pelos meios de comunicação, é primeiramente percebido como exterior ao indivíduo, fortalecendo um “reinado do ouvir-dizer e da leitura didática” (RICOEUR, 2007, p. 405). Esse descompasso entre a história ensinada e a memória vivida se dissipa ao longo do processo de familiarização com a exterioridade. “Essa aculturação é de uma familiarização progressiva com o não familiar, com a inquietante estranheza do passado histórico” (RICOEUR, 2007, p. 405), que permite que a memória histórica - por vezes intencionalmente manipulada - se integre à memória coletiva, à memória viva.

[...] a memória, tanto pessoal como coletiva, enriquece-se com o passado histórico, que se torna progressivamente o nosso. Ao substituir a escuta da palavra dos "velhos", a leitura dá, ao mesmo tempo, uma dimensão pública e íntima à noção dos rastros do passado (RICOEUR, 2007, p. 406).

A substituição da oralidade pela leitura é parte essencial do processo epistemológico descrito pelo autor, que começa com o testemunho, “passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental” (RICOEUR, 2007, p. 170). Posta na via narrativa, a memória declarada - seja ela real ou fabricada - passa a pertencer à esfera pública. De acordo com Derrida (apud GONDAR, 2016), é através dos meios de comunicação, das diferentes técnicas de registro e arquivamento, que não somente se registra um fato, como também se produz e estabelece.

O fato não é o acontecimento, ele próprio devolvido à vida de uma consciência testemunha, mas o conteúdo de um enunciado que visa a representá-lo. [...] é construído pelo procedimento que o extrai de uma série de documentos dos quais se pode dizer que, em troca, o estabelecem. Essa reciprocidade entre a construção (pelo procedimento documental complexo) e o estabelecimento do fato (com base no documento) exprime o estatuto epistemológico específico do fato histórico (RICOEUR, 2007, p. 190)

Le Goff (2013), citando Goody (1997), refere-se à escrita como tendo duas funções: o armazenamento de informações, permitindo a comunicação através do tempo e espaço, e, em contrapartida, a possibilidade de reexaminar, reordenar e retificá-las. Tratando desta ambiguidade, Platão (apud LE GOFF, 2013, p.400) esclarece que a criação do alfabeto, e, portanto, do documento escrito, desencadeia o esquecimento naqueles que o aprendem. Isso porque “confiando no que está escrito, chamarão as coisas à mente não já do seu próprio interior, mas do exterior, através de sinais estranhos”. Segundo ele, a escrita não seria sinônimo de memória, mas sim de convocar lembranças à mente.

Dito isso, é através de diferentes estratégias de comunicação que um grupo dominante impõe esquecimentos deliberadamente, ao mesmo tempo que propaga informações favoráveis à naturalização de si mesmo como liderança política controladora, estabelecendo-se como mediador entre cidadão e nação. Max Weber (apud LUZ, 2016, p. 35-36) estabelece seis estratégias comunicacionais exercidas pelo Estado, explicadas por Ana Javes Luz na dissertação “Comunicação pública e memória das cidades”:

- a) **Visibilidade:** buscar produzir e manter a visibilidade do governo na sociedade, repercutindo suas ações em discursos políticos e notícias veiculadas nos diferentes meios de comunicação.
- b) **Credibilidade:** gerar reconhecimento e legitimidade ao governo, reiterando as qualidades do partido no poder, com o objetivo de criar um vínculo com os cidadãos.
- c) **Autonomia:** instrumentalizar a comunicação governamental, com o objetivo de manter a produção contínua de informações.
- d) **Relacionamento direto:** permitir e facilitar o acesso do cidadão a documentos e notícias, estabelecendo linhas diretas de comunicação com os governados.
- e) **Propaganda:** acionar profissionais e técnicas de difusão ininterrupta de informações, associadas a um discurso persuasivo.
- f) **Imagem pública:** reforçar a vitalidade das instituições e dos sujeitos políticos, combinado a representação política com a representação simbólica.

São os documentos produzidos sob tais estratégias que permitem a construção de uma memória coletiva fundamentada na ideologia estatal. Isso porque resgatar o passado histórico significa assimilar aquilo que é narrado nos vestígios dos meios de comunicação e entender, na “sua materialidade inscrita no presente, a exterioridade do passado” (BARBOSA, 2007, p. 26). Em “1984”, a manipulação do discurso e a adulteração de todo e quaisquer rastros fazem com que o resgate do passado *limite-se* à ideologia imposta pelo Partido, sem margem para outras perspectivas ou versões de memória.

Mesmo que oficial, autorizado e/ou único, um documento, de acordo com Le Goff (2013, p. 495), é sempre “produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” e, portanto, enraizado nas lutas e nas realidades do momento. Resultando de esforços “das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias” (LE GOFF, 2013, p. 497), todo documento é monumento enquanto utilizado em virtude do poder de quem o produz.

“O escrito, o texto é mais frequentemente monumento do que documento”
[...] O que distingue a língua monumental da língua documental é “esta elevação, esta verticalidade” que a gramática confere a um documento,

transformando-o em monumento.(ZUMTHOR, 1960 apud LE GOFF, 2013, p. 494)

Sendo assim, para Paul Ricoeur (2007, p. 279), “o estratagema da escrita da história reduz-se ao uso ardiloso da imagem a serviço do louvor”, sendo o discurso, a narrativa, um reflexo do imaginário de poder incutido na subjetividade dos sujeitos que produzem os meios de comunicação e, em suma, os vestígios do passado. Por esse motivo, o controle da memória coletiva é de interesse daqueles que buscam não só estar no poder, mas manter-se nele.

Tendo em vista que os objetivos e características de governos totalitários permanecem essencialmente os mesmos, é possível constatar múltiplas similaridades entre as estratégias aplicadas por diferentes regimes ao longo da história. Reconhecendo a construção da memória enquanto processo coletivo - principalmente tratando-se da constituição de um imaginário acerca do passado nacional -, os grupos dominantes passam a administrar os estímulos externos que viabilizam a rememoração dos sujeitos. É através dos meios de comunicação, então, que se dão os esforços para a difusão e assimilação da ideologia estatal pela identidade e subjetividade dos indivíduos dominados.

4. COMUNICAÇÃO E MEMÓRIA EM “1984”

O presente capítulo objetiva, primeiramente, contextualizar o leitor acerca do processo de pesquisa realizado a fim de possibilitar a análise das estratégias comunicacionais apresentadas no livro. Será abordada a metodologia utilizada e os procedimentos necessários para compreender como cada tática estudada interfere na construção da memória coletiva da população da Oceânia.

Ao longo do texto, serão examinadas a Novafala e sua implementação, enquanto idioma oficial do Partido Soving; as alterações e os descartes de documentos históricos praticados pelo Departamento de Documentação; os anúncios transmitidos via teletela; e a constituição das imagens do Grande Irmão e de seu inimigo político, Emmanuel Goldstein. O último subcapítulo analisa os personagens e seu construto no imaginário social paralelamente, reconhecendo a correlação entre ambos enquanto inextricável.

4.1 Percurso metodológico

A presente pesquisa pretende entender como o Partido Soving, no livro “1984”, aplica estratégias comunicacionais para manipular a memória coletiva da população da Oceânia a fim de fortalecer o seu poder e autoridade, além de exercer o controle sob esta sociedade. Tendo o romance enquanto objeto de estudo, foi utilizado o método de análise de conteúdo para desenvolver o trabalho.

Analisando as estratégias de comunicação apresentadas ao leitor ao longo da narrativa, esperava-se melhor compreender a estrutura da sociedade ficcional de Orwell e entender as intenções de quem as produzia e controlava. Segundo Heloiza Golbspan (2008, p. 123), em Metodologia de Pesquisa em Jornalismo, “a análise de conteúdo da mídia seria um dos métodos mais eficientes para rastrear esta civilização por sua excelente capacidade de fazer inferências sobre aquilo que ficou impresso ou gravado”, podendo ser utilizada para “detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos”.

Antes que o processo de análise pudesse, de fato, ser iniciado, no entanto, era necessário que as estratégias utilizadas fossem devidamente identificadas. Para tanto, o primeiro passo foi realizar as leituras de autores que trabalham o conceito de memória, como Paul Ricoeur, Maurice Halbwachs e Jacques Le Goff. A partir

disso, reli o romance a ser analisado, seguindo o método que Laurence Bardin (1977) chama de “leitura flutuante”, a fim de

[...] estabelecer contato com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações. [...] Pouco a pouco, a leitura vai-se tornando mais precisa, em função de hipóteses emergentes, da projeção de teorias adaptadas sobre o material e da possível aplicação de técnicas utilizadas sobre materiais análogos (BARDIN, 1977, p. 96)

Foram identificadas, desta forma, cinco estratégias comunicacionais utilizadas pelo Partido que interferem na construção da memória coletiva da população da Oceânia, sendo a aplicabilidade de duas delas, codependentes entre si. São elas: A Novafala, idioma em processo de construção e implementação; os anúncios oficiais do governo, transmitidos pela teletela; a manipulação e descarte de registros, sob responsabilidade do Departamento de Documentação, setor pertencente ao Ministério da Verdade; e a idealização das imagens do Grande Irmão, líder do Socing, e de Goldstein, seu inimigo declarado e, portanto, declarado inimigo do povo. Essas duas últimas estão intimamente relacionadas e serão abordadas, mais adiante, paralelamente.

Apesar de a tendência atual da análise de conteúdo ser promover uma integração entre elementos quantitativos e qualitativos “de forma que os conteúdos manifesto (visível) e latente (oculto, subentendido) sejam incluídos em um mesmo estudo” (GOLBSPAN, 2008, p. 126), o presente estudo não poderia levar em consideração aspectos quantitativos, tendo em vista que o corpus da pesquisa é limitado por aquilo que o autor decide citar no livro. Desta forma, apesar de sabermos, por exemplo, que os anúncios da teletela são constantes no cotidiano dos membros externos do Partido e que os cartazes do Grande Irmão estão espalhados pela cidade em grande quantidade, nada disso pode ser contabilizado. Além disso, o objetivo de pesquisa - enquanto identificação de intenções, conflitos, interesses, ambiguidades ou ideologias presentes nos materiais examinados - requer “um procedimento mais intuitivo, mas também mais maleável e adaptável” (BARDIN, 1977, p. 115). Portanto, a pesquisa assume uma abordagem de análise qualitativa, entendendo que a produção de qualquer mídia não pode ser compreendida fora de seu contexto, seja este social ou político.

Face ao objetivo da análise, a unidade de registro estabelecida foi temática, a fim de identificar, através do estudo da descrição de sons, discursos, símbolos e imagens apresentados no livro, as “tendências, conflitos, interesses, ambiguidades ou ideologias presentes nos materiais examinados” (BARDIN, 1977, p.127). A unidade foi determinada a partir da ideia de que “fazer uma análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objectivo analítico” (BARDIN, 1977, p. 105).

Assim, a análise das cinco estratégias comunicacionais delimitadas pretende resultar em um melhor entendimento das motivações, atitudes, valores e crenças de quem o produziu - o Partido fictício figurado por Orwell - e, então, relacioná-las aos conceitos estudados na primeira etapa da pesquisa. Desta forma, entende-se que o foco da análise é a mensagem e que esta é estruturada e planejada pelo emissor a partir de seus objetivos. Neste caso “insiste-se na função expressiva ou representativa da comunicação. Com efeito, pode avançar-se a hipótese de que a mensagem exprime e representa o emissor” (BARDIN, 1977, p.133 - 134).

4.2 O Departamento de Documentação

O Ministério da Verdade, o Ministério da Paz, o Ministério do Amor e o Ministério da Abundância são os quatro ministérios do governo da Oceânia. O presente capítulo se detém nos pormenores do Ministério da Verdade - ou Miniver, em Novafala -, onde trabalham o protagonista de “1984”, Winston, e seu par romântico, Júlia, e onde opera o Departamento de Documentação. Logo nas primeiras páginas do livro, o prédio em que localiza-se o Ministério é descrito pelo autor como “ordinariamente diferente de todos os outros objetos à vista” (ORWELL, 2009, p. 14), erguendo-se por trezentos metros de altura. “Comentava-se que o Ministério da Verdade continha três mil salas acima do nível do solo e ramificações equivalentes abaixo” (ORWELL, 2009, p. 14).

Nota-se, ao longo da leitura, que a magnitude estrutural do prédio do Ministério corresponde também à sua magnitude simbólica enquanto instrumento de poder dentro da estrutura governamental estabelecida pelo Socing. Responsável pela produção de “jornais, filmes, livros escolares, programas de televisão, peças dramáticas, romances - como todo tipo imaginável de informação, ensino ou

entretenimento, de estátuas a slogans, de poemas líricos a tratados de biologia, de cartilhas de ortografia a dicionários de Novafala” (ORWELL, 2009, p. 57), o Miniver é um dos maiores aliados do Partido na sua rearticulação contínua do passado, transformando todo e qualquer documento em uma espécie de propaganda estatal.

Apesar dessas múltiplas funções, George Orwell não se prolonga no detalhamento do Ministério da Verdade como um todo. Ao invés disso, se atém ao desenvolvimento de um dos departamentos, onde trabalha seu personagem principal, o Departamento de Documentação.

Nas paredes da estação de trabalho viam-se três orifícios. à direita do ditógrafo, um pequeno tubo pneumático para as mensagens escritas; à esquerda, um tubo de maior calibre para os jornais; e na parede lateral, ao alcance da mão de Winston, uma grande abertura retangular, protegida por uma grade de arame. Esta última destinava-se aos papéis a descartar. Aberturas similares se espalhavam aos milhares, ou dezenas de milhares, por todo o edifício, fazendo-se presente não apenas em cada sala mas também, a pequenos intervalos, em todos os corredores. Por algum motivo, tinham recebido o apelido de buraco de memória (ORWELL, 2009, p. 51).

Percebe-se que uma das mais relevantes tarefas do Departamento era justamente o descarte de quaisquer tipos de registros que não fossem ao encontro dos valores aprovados pelo Partido. Esse descarte de informações pode ser equiparado à institucionalização da censura pelo Ato Institucional Número Cinco (AI-5), durante o regime militar brasileiro. Segundo Carla Barbosa Moreira (2007, p. 321), é a censura - e no caso de “1984”, o descarte - que interrompe “a circulação dos sentidos não condizentes com os da ideologia do Regime, considerados subversivos da ordem”.

Podemos dizer que como a ideologia é a condição para a constituição de sentidos e sujeitos, na censura há uma tentativa de neutralização do sujeito, que é mesmo condicionada a um certo modo de conceber e representar a ordem social, ou seja, assim como pretendia o Regime. Na teoria do discurso, a ideologia estabelece um modo de recortar e atuar sobre a realidade. Assim, a censura, instrumento de um mecanismo ideológico fundamentalmente controlador e manipulador, impõe-se sobre a ordem do discurso e, principalmente, da realidade (MOREIRA, 2007, p. 322).

Referindo-se ao antigo costume romano - *damnatio memoriae* - de fazer desaparecer o nome de indivíduos que causassem vergonha ou desonra para o Estado, de todos os documentos de arquivo e inscrições monumentais, Le Goff (2013) exemplifica como o descarte, a destruição, de registros históricos resulta em

um confisco da memória coletiva. É através do descarte contínuo e metódico que o Soving suprime a inevitabilidade do passado que, segundo Sarlo (2007, p. 114), “acomete independentemente da vontade e da razão. Sua força não pode ser suprimida senão pela violência, pela ignorância ou pela destruição simbólica³ e material”.

Uma vez executado o serviço, era absolutamente impossível provar a ocorrência de qualquer tipo de falsificação. [...] Alguns números do Times que podiam ter sido reescritos uma dúzia de vezes continuavam arquivados com sua data original de publicação, sem que houvesse outro exemplar para contradizê-lo. Os livros também eram recolhidos e reescritos vezes sem conta, e nas reedições jamais se admitia a introdução de modificações. (ORWELL, 2009, p. 54)

Analisando o trecho acima, podemos traçar, ainda, mais um paralelo com a ditadura militar brasileira que, de acordo com Moreira (2007), não tinha intenção de deixar-se relacionar com atos violentos, censórios ou repressivos. Para tanto, “agia de forma a omitir, silenciar ou transferir suas práticas abusivas de poder, buscando impor um único sentido, o seu sentido” (MOREIRA, 2007, p. 321). Em “1984”, a destruição não somente de documentos, mas de quaisquer vestígios do ato em si de destruição e descarte - bem como de alteração, como veremos mais adiante - é o que permite a propagação da ideologia do Partido como única possível dentro dos limites sociais da Oceânia.

Diante dessa soberania do Departamento de Documentação, Winston se pergunta “como era possível fazer um apelo ao futuro, quando nem um rastro seu, nem mesmo uma palavra anônima rabiscada num pedaço de papel, tinha condições de sobreviver fisicamente?” (ORWELL, 2009, p. 39), além de declarar que “até mesmo o contorno de sua própria vida perdia a nitidez” (ORWELL, 2009, p. 44) na ausência de todo e qualquer registro externo a que recorrer. Através dessas e outras reflexões ao longo da narrativa, Orwell explicita como a memória está indubitavelmente atrelada à construção da identidade individual. Manipulando e construindo a memória coletiva, portanto, manipula-se e constrói também os sujeitos que se pretende controlar.

Em “1984”, não somente através do descarte de informações que se dá o controle memorial da sociedade; a alteração de documentos também era prática

³ A destruição simbólica, como veremos mais adiante, é a executada pela implementação da Novafala.

comum dentro do Departamento. Em Novafala, as adulterações realizadas em artigos, reportagens, livros... eram entendidas como retificações. Era necessário reescrever, por exemplo, partes do discurso do Grande Irmão, “de forma a garantir que a previsão que ele havia feito estivesse de acordo com aquilo que realmente acontecera” (ORWELL, 2009, p. 53).

Depois de efetuadas todas as correções a que determinada edição do Times precisava ser submetida e uma vez procedida a inclusão de todas as emendas, a edição era reimpressa, o original era destruído e a cópia corrigida era arquivada no lugar da outra. Esse processo de alteração contínua valia não apenas para jornais como também para livros, periódicos, panfletos, cartazes, folhetos, filmes, trilhas sonoras, desenhos animados, fotos - enfim, para todo tipo de literatura e documentação que pudesse vir a ter algum significado político ou ideológico. Dia a dia e quase minuto a minuto o passado era atualizado (ORWELL, 2009, p. 54).

Através dessa constante atualização do passado, o Departamento de Documentação constrói o imaginário social da população da Oceânia, garantindo a manutenção de uma visão positiva do Partido e do contexto social, político e econômico em que se vivia. É importante salientar que não somente o Departamento era capaz de descartar e alterar documentos, como também podia evidenciar as informações que produzia, devido à sua colossal complexidade:

Havia as imensas tipografias com seus subeditores, seus tipógrafos especialistas e seus estúdios altamente sofisticados para a realização de maquiagem de fotografias. Havia a sessão de teleprogramas com seus engenheiros, seus produtores e suas equipes de atores especialmente selecionados por sua competência na imitação de vozes (ORWELL, 2009, p. 57).

Os registros históricos que poderiam circular e/ou tornar-se de conhecimento popular eram, então, em sua totalidade, propaganda política do governo. Sem que houvesse resistência que atuasse na contramão da ordem vigente, o Partido materializa sua própria ideologia, comprovando suas próprias mentiras: “o passado fora anulado, o ato de anulação fora esquecido, a mentira se tornara verdade” (ORWELL, 2009, p. 94).

Retomando as inúmeras similaridades entre o Departamento figurado pelo autor e o sistema censório instaurado durante o regime militar brasileiro, trago a fala de Winston acerca da representação do período anterior à Revolução nos livros didáticos.

“Os livros de história dizem que a vida antes da Revolução era completamente diferente de como é hoje. Imperava a mais terrível opressão, injustiça, miséria - uma coisa inimaginável de tão ruim. Aqui em Londres, parece que a maioria das pessoas nascia e morria sem ter como se alimentar direito, Metade não tinha nem botinas para calçar. Trabalhavam doze horas por dia, paravam de estudar aos nove anos e dormiam dez em um quarto.” (ORWELL, 2009, p. 110 - 111)

Moreira (2007, p. 340) afirma que, da mesma forma, a ditadura também “procurou silenciar, apagar ou denegrir a imagem do governo anterior ao seu e, ao mesmo tempo, evidenciar positivamente a sua imagem” . Em “1984”, até a invenção do avião é atribuída ao regime vigente, o que Winston sabia não ser verdade.

O controle discursivo exercido pelo Departamento analisado, resultado da destruição sistemática de documentos, da contínua manipulação dos registros e da produção de falsos vestígios, é uma das bases que sustenta a autoridade e o absolutismo do Socing.

Se o Partido era capaz de meter a mão no passado e afirmar que esta ou aquela ocorrência jamais acontecera - sem dúvida isso era mais aterrorizando do que a mera tortura ou a morte. O partido dizia que a Oceânia jamais fora aliada da Eurásia. Ele, Winston Smith, sabia que a Oceânia fora aliada da Eurásia não mais de quatro anos antes. Mas em que local existia esse conhecimento? Apenas em sua própria consciência que, de todo modo, em breve seria aniquilada. E se todos os outros aceitassem a mentira imposta pelo Partido - se todos os registros contassem a mesma história -, a mentira tornava-se história e virava verdade (ORWELL, 2009, p. 47)

Através da criação do Departamento de Documentação, Orwell dá início à solidificação do poder do Partido, que se complexifica e ramifica nas demais estratégias a serem analisadas a seguir.

4.3 O Grande Irmão versus Goldstein

O presente subcapítulo pretende entender como a construção das imagens do Grande Irmão e de seu adversário político, Goldstein, operam no controle da memória coletiva, ao longo da obra de Orwell. A análise se divide em dois eixos: a materialização da frase “o Grande Irmão está de olho em você” através da aparição constante da imagem do Líder do Partido; e a demonização de Emmanuel Goldstein frente à idealização do seu oponente, através dos Dois Minutos de Ódio.

Jô Gondar (2016, p. 32) esclarece que, “para garantir uma legitimidade, as instâncias de poder criam ou se servem de mitos fundadores que engrandecem a sua origem, imputando-a a deus, aos feitos de heróis, à razão, enfim, a algo capaz de justificar a sua supremacia”. Em “1984”, é o Grande Irmão que cumpre este papel, enquanto “disfarce escolhido pelo Partido para mostrar-se ao mundo. Sua função é atuar como um ponto focal de amor, medo e reverência, emoções mais facilmente sentidas por um indivíduo do que por uma organização” (ORWELL, 2009, p. 245).

No topo da pirâmide está o Grande Irmão. O Grande Irmão é infalível e todo-poderoso. Todos os sucessos, todas as realizações, todas as vitórias, todas as experiências científicas, todo o conhecimento, toda a sabedoria, toda a felicidade, toda a virtude seriam um produto direto de sua liderança e inspiração (ORWELL, 2009, p. 245)

Retomamos o conceito de “memória herdada”, concebido por Pollak (1992), para entender que não somente de acontecimentos vividos por tabela é constituída a memória coletiva, mas também de personagens conhecidos “por tabela”, isto é, indiretamente. Mesmo sem necessariamente pertencerem ao espaço-tempo do sujeito, tais personalidades se constituem enquanto sólidas referências de memória devido à intensa socialização política e histórica promovida por aqueles que, como já vimos, “controlam o passado”. A caracterização do Grande Irmão por Orwell obedece a esta conceituação justamente quando afirma que “ninguém jamais viu o Grande Irmão. Ele é um rosto nos cartazes, uma voz na teletela. Podemos alimentar razoável certeza de que jamais morrerá” (ORWELL, 2009, p. 245).

Tal qual um deus, o líder do Partido também se faz onipresente na Oceânia. Em todos os patamares do prédio de Winston, diante da porta do elevador, um poster “grande demais para ambientes fechados” (ORWELL, 2009, p. 11) estava pregado na parede com o rosto do Grande Irmão e um letreiro que avisava: o Grande Irmão está de olho em você. Como se a frase não bastasse, a pintura era “realizada de modo a que os olhos o acompanhem sempre que você se move” (ORWELL, 2009, p. 11). Em qualquer produto de consumo - “nas moedas, nos selos, nas capas dos livros, em bandeiras, em cartazes e nas embalagens dos maços de cigarro” (ORWELL, 2009, p. 38) -, o “rosto de um homem de uns quarenta e cinco anos, de bigodão preto e feições rudemente agradáveis” (ORWELL, 2009, p. 11) vigiava os cidadãos da província.

Apesar de atuar como um constante lembrete da vigilância do Partido sob a população, a imagem do líder também desempenha o papel de vigilante do povo. Ao conceber a figura de Goldstein - que será melhor compreendida a seguir -, o Soring também dá margem para a criação de um herói, ou salvador. E quem melhor do que aquele que representa o próprio Estado? Personificado no Grande Irmão, então, o Partido “olha” e zela pelos seus governados ao mesmo tempo que os vigia e os controla. Na mesma linha, tais figuras também servem para

[...] dar àqueles que o ouvem a ilusão de que as convicções e os sentimentos que ele desperta neles não lhes foram sugeridos de fora, que eles nasceram deles mesmos, que ele somente adivinhou o que se elaborava no segredo de suas consciências e não lhes emprestou mais que sua voz (HALBWACHS, 1990, p. 47)

Resgatando a descrição de Winston acerca dos cartazes espalhados pela cidade, também as “feições rudemente agradáveis” do personagem são estratégia para distinguir o Grande Irmão de seu adversário. No entanto, a discrepância que o Partido pretende criar entre as duas figuras se torna mais clara durante os “Dois Minutos de Ódio”, cerimônia obrigatória realizada diariamente que tinha como centro de sua programação, Emmanuel Goldstein.

Antes de analisarmos o ritual propriamente dito, é necessário entendermos que, segundo Maurício Parada (2007, p. 41), a “dimensão cívica das cerimônias públicas se torna parte dos significados diários operados por uma importante parcela da população”. Segundo o autor, “as cerimônias comemorativas e as atividades físicas têm importância crucial especialmente como atos comunicacionais e também na construção da memória coletiva e individual” (PARADA, 2007, p. 39). Ao implementar os “Dois Minutos de Ódio”, o Partido faz com que a sua ideologia enraíze-se capilarmente no cotidiano dos seus membros externos, construindo “momentos monumentais de alta densidade dramática” (PARADA, 2007, p. 42) especificamente com o intuito de compelir os indivíduos a uma disposição mental de ira e medo associada à Goldstein.

Num momento de lucidez, Winston constatou estar berrando junto com os outros e percebeu que golpeava violentamente a trave de sua cadeira com os calcanhares. O mais horrível dos Dois Minutos de Ódio não era o fato de a pessoa ser obrigada a desempenhar um papel, mas de ser impossível manter-se à margem. Depois de trinta segundos, já não era mais preciso fingir. Um êxtase horrendo de medo e sentimento de vingança, um desejo de matar, de torturar, de afundar rostos com uma marreta, parecia circular

pela plateia inteira como uma corrente elétrica, transformando as pessoas, mesmo contra sua vontade, em malucos a berrar, rostos deformados pela fúria (ORWELL, 2009, p. 25)

Os Dois Minutos de Ódio representa a suspensão absoluta do cotidiano do cidadão da Oceânia em prol de um ódio quase que institucionalizado. A performance ritual contra Goldstein, no entanto, é mais complexa do que pode parecer inicialmente: é "impossível manter-se à margem" porque o ambiente estrategicamente construído utiliza de diversos elementos sutis que, agrupados, agem de forma a instigar e transtornar a subjetividade dos participantes em conformidade com os objetivos do Partido. Logo no começo da cerimônia, "um guincho pavoroso, estridente, como um som produzido por alguma máquina monstruosa girando sem lubrificação" (ORWELL, 2009, p. 22) é associado à imagem do Inimigo do Povo.

É através de elementos como este - naturalmente interpretados como desagradáveis - que os "Dois Minutos de Ódio" insinuam a negatividade como característica intrínseca ao inimigo. São incorporados, assim, "sentidos sobre a satanização do outro sem grande noção de suas implicações" (FABRÍCIO; LOPES, 2007, p. 256)

A retórica da mídia faz uso abusivo de generalizações, estereótipos e pressuposições naturalizadas. Como aponta Said (1981), ao debruçar-se sobre a construção do "outro-inimigo" [...] a linguagem e abordagem têm se caracterizado por estereótipos exagerados e hostilidade beligerante. Imagens e discursos retratam [...] a ameaça a uma "ordem" (FABRÍCIO; LOPES, 2007, p. 243)

Paul Ricoeur (2007, p. 95) afirma que, em regimes totalitários, "o processo ideológico [...] permanece dissimulado", mascarando-se "ao se transformar em denúncia contra os adversários no campo da competição entre ideologias: é sempre o outro que atola na ideologia". Apropriadamente, em "1984", o discurso de Goldstein é descrito como "tão exagerado e perverso que não servia nem para enganar uma criança, e ao mesmo tempo suficientemente plausível para fazer com que o ouvinte fosse tomado pela sensação alarmada de que outras pessoas [...] poderiam ser iludidas" (ORWELL, 2009, p. 23).

É necessário compreender que a fabricação de discursos imaginários⁴ sobre um perigo iminente é justamente o que sustenta o imaginário social da população acerca do Grande Irmão. A concepção da imagem de ambos políticos são dependentes entre si, fortalecendo-se mutuamente: quanto mais medo e ira direcionados à Goldstein, mais amor e louvor serão direcionados àquele tido como salvador da pátria. Apesar do ódio generalizado pelo personagem, espões e sabotadores agindo a serviço da Confraria seguem sendo desmascarados diariamente pelo Partido e a sua rede clandestina de conspiradores parecia jamais enfraquecer - ou pelo menos é isso que o Socing quer que pense a população.

O Ódio chegou ao clímax. A voz de Goldstein se transformara efetivamente num balido de ovelha e por um instante seu rosto assumiu um semblante de ovelha. Depois o semblante de ovelha se dissolveu e foi substituído pelo rosto de um soldado eurasiático que parecia avançar, imenso e terrível, metralhadora roncando [...] No mesmo instante, porém, levando todos os presentes a suspirar aliviados, o personagem hostil desapareceu para dar lugar ao rosto do Grande Irmão, cabelo preto, bigode preto, cheio de força e misteriosa calma, e tão imenso que quase enchia a tela inteira. [...] Sem seguida o rosto do Grande Irmão se esfumou outra vez e os três slogans do Partido, em letras maiúsculas, ocuparam seu lugar. O rosto do Grande Irmão, contudo, deu a impressão de permanecer na tela por vários segundos mais (ORWELL, 2009, p. 26-27).

A força e a misteriosa calma do Grande Irmão unem-se às suas “feições rudemente agradáveis” para compor o herói perfeito, que vai de encontro a todos os horrores associados à Goldstein - inclusive seu caráter animalesco, arquitetado pela comparação à ovelha. “Nesses momentos, sua repulsa secreta pelo Grande Irmão se transformava em veneração e o Grande Irmão adquiria uma estatura monumental, transformava-se num protetor destemido, firme feito rocha” (ORWELL, 2009, p. 25). Como já vimos, em “A Vitória de Orwell”, Christopher Hitchens (2002) compara o contexto político fictício da Oceânia à República Democrática Popular da Coreia no começo dos anos 2000:

[...] existem realmente sessões de “ódio” durante as pausas nas fábricas e escritórios; numa noite de “jogos coletivos” mostram-se, em uma hipnotizante série de cartões, a horrenda imagem de um carrancudo soldado “inimigo” arremetendo na minha direção, substituído ao final pela refulgente e tranquilizadora face do Grande Líder (HITCHENS, 2002, p. 80).

⁴ Imaginário porque, assim como tratando-se do Grande Irmão, Emmanuel Goldstein também pode ser - e provavelmente é - uma criação de autoria absoluta do Partido, sem qualquer fundamento real. O homem tido como Inimigo do Povo é, muito possivelmente, um ator contratado para agir agressivamente ao declamar discursos prontos.

Tais cerimônias acompanham e sustentam as imagens do passado coletivo (HALBWACHS, 1990) que o Estado pretende construir. Em “1984”, os Dois Minutos de Ódio, junto da avalanche de imagens do Grande Irmão espalhadas pela cidade, constituem a base para a memória dos cidadãos da Oceânia, impondo-lhes símbolos que passam a compor suas subjetividades e regular suas atitudes e sentimentos quanto ao Partido.

4.4 A teletela

Apresentada inicialmente ao leitor como “uma placa oblonga de metal semelhante a um espelho fosco” (ORWELL, 2009, p. 12) na parede do apartamento de Winston, a teletela possui mais de um papel: além de transmitir comunicados do governo, música e inclusive orientações para a prática de exercícios físicos, o instrumento capta imagens e sons do ambiente onde está instalada e é a responsável por transmitir a programação dos Dois Minutos de Ódio diariamente. No presente capítulo, no entanto, somente sua função de transmissora de anúncios oficiais do Partido será analisada, desconsiderando suas outras funcionalidades.

Obrigatória em todas as casas dos membros externos do Socing, bem como ao longo dos corredores e salas dos seus ministérios, a teletela podia ter seu volume regulado, porém não podia ser desligada - a não ser por alguns minutos no apartamento de membros de alto escalão do Partido. A teletela se constituía como uma “emissão diária” que “produzia um poderoso efeito de sentido: uma fala constante, uma presença banal e, portanto, quase ‘natural’ do Estado [...] na vida cotidiana do homem comum” (Parada, 2007, p. 43). Constantemente exaltando os feitos do governo da Oceânia, as teletelas “massacravam os ouvidos das pessoas com estatísticas que provavam que hoje a população tinha mais comida, mais roupa, melhores casas, melhores opções de lazer” (ORWELL, 2009, p. 94).

Com uma enxurrada de números que constantemente provam a eficácia do Partido em sua administração da Oceânia, a teletela visa a solidificação do poder e da ideologia estatal, inclusive comprovando as previsões feitas pelo Grande Irmão acerca das produções de quaisquer mercadorias. “Uma vez no poder, os líderes da massa cuidam de algo que está acima de quaisquer considerações utilitárias: fazer com que as suas predições se tornem verdadeiras” (ARENDDT, 1989, p. 398), portanto, nada que pudesse ser prejudicial ao governo é veiculado e as informações

necessárias são devidamente alteradas e manipuladas em prol do sucesso - independentemente se enganoso - do Partido.

A memória coletiva da Oceânia, então, fica à mercê dos anúncios da teletela, deveras volátil. Em consonância com as outras várias estratégias de controle e dominação praticadas pelo governo, os comunicados não apenas alteram informações como também modificam a narrativa. Ao dar notícias negativas, a teletela antes informa, por exemplo, uma boa nova arbitrária, para atenuar quaisquer reações de descontentamento.

“Atenção! Atenção! Uma notícia-relâmpago acaba de chegar do fronte malabarense. Nossas forças obtiveram gloriosa vitória no sul da Índia. Estou autorizado a afirmar que a ação que noticiamos neste momento pode perfeitamente deixar a guerra a uma distância mensurável do final. Eis a notícia-relâmpago...”

Más notícias, pensou Winston. E de fato, logo depois da descrição sanguinolenta da aniquilação de um exército eurasiático, com um número elevadíssimo de soldados inimigos mortos ou feitos prisioneiros, veio o anúncio de que, a partir da semana seguinte, a ração de chocolate seria reduzida de trinta para vinte gramas. [...]

A teletela - fosse para comemorar a vitória, fosse para apagar a lembrança da porção de chocolate perdida - atacou com Oceânia, glória a t. As pessoas deviam ouvi-la em posição de sentido (ORWELL, 2009, p. 37)

A mesma redução da ração de chocolate, no entanto, é abordada no dia seguinte sob uma nova perspectiva. A mensagem foi antecedida de um anúncio acerca da vitória do Partido sobre a “batalha da produção” (ORWELL, 2009, p. 75); em relação ao ano anterior, o nível de vida da população da Oceânia teria subido “nada menos que vinte por cento” (ORWELL, 2009, p. 75), de acordo com o cálculo mais recente.

Foi informado de que houvera inclusive manifestações de agradecimento ao Grande Irmão pelo fato de ter elevado a ração de chocolate para vinte gramas por semana. Sendo que ainda ontem, refletiu, fora anunciada a redução da ração para vinte gramas por semana. Seria possível as pessoas engolirem aquela, passadas apenas vinte e quatro horas do anúncio? Sim, engoliram. (ORWELL, 2009, 75-76)

Segundo Sarlo (2007, p. 55), “se a história tem um sentido estabelecido de antemão, os detalhes se acomodam nessa direção”, dando “a impressão de colocá-la além do exame”. É exatamente este o caso dos comunicados da teletela: a

realidade econômica e social da província é dissimulada através da natureza científica das informações que afirmam o contrário.

“A forte ênfase que a propaganda totalitária dá à natureza “científica” das suas afirmações tem sido comparada a certas técnicas publicitárias igualmente dirigidas às massas. De fato, os anúncios mostram o “cientificismo” com que um fabricante “comprova” – com fatos, algarismos e o auxílio de um departamento de “pesquisa” – que o seu “sabonete é o melhor do mundo” (ARENDR, 1989, p. 394).

Se, como alega Halbwachs (1990, p. 71), a memória “é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente”, e os únicos dados disponíveis aos habitantes da Oceânia são intencionalmente manipulados, o passado reconstituído por eles passa a ser coerente com tais estímulos externos, independente de suas possíveis incoerências. A conjuntura social e política da província, em sua totalidade de estratégias de controle da memória, é o que dá margem para o não questionamento das informações transmitidas pela teletela, a despeito de quaisquer outras evidências.

Parsons, em quem o bombardeio de números provocara discreto entusiasmo, retirou o cachimbo da boca.

“Não há dúvida de que o Ministério da Pujança trabalhou bem este ano”, disse, balançando a cabeça com um ar entendido. “Alias, Smith, meu garotão, será que você não tem uma lâmina de barbear para me passar?”

“Não tenho”, disse Winston. “Estou usando a mesma lâmina há seis semanas” (ORWELL, 2009, p. 78).

Mesmo ciente da escassez de utensílios tão simples quanto lâminas de barbear, Parsons é incapaz de relacionar o fato à vitória da “batalha da produção” e refletir criticamente sobre a estranheza da circunstância. Certamente não haveria nada de suspeito, já que diariamente a teletela reiterava os triunfos do Partido, bem como a precisão das previsões realizadas pelo Grande Irmão. A “presença banal” da voz gradualmente adentra a subjetividade dos cidadãos com seus falsos resultados e molda a memória coletiva à sua necessidade - que é, claro, a necessidade do Soving.

4.5 A Novafala

“Você não vê que a verdadeira finalidade da Novafala é estreitar o âmbito do pensamento? No fim teremos tornado o pensamento-crime literalmente impossível, já que não haverá palavras para expressá-lo (ORWELL, 2009, p. 68 - 69).

A complexidade e relevância da Novafala para o romance de Orwell ficam claras ao percebemos que o autor dedicou seu apêndice a explicar os pormenores do idioma. Apesar de ainda estar em construção e em processo gradual de implementação, a língua é um dos grandes projetos do Partido para melhor controlar a população da Oceânia, erradicando por completo o *pensamentocrime* - em novafala -, que consistiria em qualquer pensamento adverso à ideologia do Socing. A previsão é de que a façanha seria atingida a partir de 2050, quando a linguagem fosse oficialmente implementada e a Velhafala, totalmente abolida e, principalmente, esquecida.

É importante ressaltarmos que a Novafala dentro da narrativa e aquela mencionada no apêndice “Os Princípios da Novafala” são dois estágios diferentes do mesmo idioma: a primeira ainda está sendo concebida e nos familiarizamos com ela através das falas do personagem Syme⁵ e de algumas traduções feitas ao longo da história; a segunda seria a sua versão final, a ser institucionalizada a partir da Décima Primeira Edição do seu dicionário.

“A Décima Primeira Edição é a edição definitiva”, disse. “Estaremos dando os últimos retoques na língua - para que ela fique do jeito que há de ser quando ninguém mais falar outra coisa. Depois que acabarmos, pessoas como você serão obrigadas a aprender tudo de novo” (ORWELL, 2009, p. 67)

Dividida em 3 instâncias - Vocabulário A, B e C -, a Novafala é constituída de palavras concernentes às atividades do dia a dia - que exprimem pensamentos simples e utilitários, em geral envolvendo objetos concretos ou ações físicas -; palavras deliberadamente criadas com propósitos políticos; e termos técnicos e científicos. Todas elas podem ser usadas seja como verbo, substantivo, adjetivo ou advérbio.

Como já vimos no capítulo anterior, todo discurso é ideológico, mesmo quando existe a intenção de - ou a intenção de aparentar - imparcialidade e

⁵ Syme trabalha no Departamento de Pesquisas e é especialista em Novafala. Por isso, faz parte da equipe responsável por elaborar a mais recente edição do seu dicionário.

objetividade. De acordo com Mariani (2007, p. 210), é na língua que “encontra-se materialmente constituído [...] o vínculo do sujeito à formação discursiva que o domina”. Isso porque não há possibilidade de expressão que não esteja inextricavelmente entrelaçada à malha de sentidos configurada pelo idioma em que se comunica (FABRÍCIO; LOPES, 2007). Apesar de o significante, a palavra, em si, não possuir significado intrínseco, a delimitação de signos linguísticos - processo natural e obrigatório na constituição de qualquer linguagem - passa a delimitar seus possíveis sentidos. No entanto, as concepções e valores - a ideologia - por trás de um idioma nos passam, muitas vezes, despercebidas devido a “um efeito de obviedade resultante do encontro entre língua e história, de um encontro que cristaliza determinados sentidos em detrimento de outros” (MARIANI, 2007, p. 206).

Há marcas de subjetividade impregnadas em quaisquer narrativas, marcas que, ainda segundo a autora, “assinalam, simultaneamente, traços do registro inconsciente e do assujeitamento ideológico” (MARIANI, 2007, p. 208). Dissertando acerca do discurso jornalístico e da diferença de usos das palavras “adolescentes” e “menores” na língua portuguesa, ela demonstra que, mesmo habitualmente empregados enquanto sinônimos, ambos os significantes carregam consigo concepções distintas. Ao fazer uso de um ou de outro, o sujeito que narra automaticamente toma para si um determinado ponto de vista, revelando-o, mesmo que sem querer.

[...] a ideologia afeta a todos indistintamente [...] os processos discursivos [...] caminham em uma pluralidade de filiações compostas por diferentes significações que se articulam por contradição, adesão, silenciamento, etc. Os processos de filiações históricas abrem espaço para a organização de memórias e para a construção de laços sociais através de redes de significantes. Assim vão sendo construídos sócio-historicamente domínios de pensamento (MARIANI, 2007, p. 206)

Através da Novafala, o Socing passa a ter controle sobre estes domínios de pensamentos, visando a sua limitação conforme a ideologia partidária. Em um dia de trabalho no Departamento de Documentação, Winston se depara com uma demanda da qual fora encarregado; a tarefa está escrita no novo idioma:

times 3.12.83 reportagem ordemdia gi duplomaisnãobom ref despessoas reescrever todamente mostrarsup antearquiv.

Isso poderia ser traduzido da seguinte maneira em Velhafala (ou Inglês Padrão):

A reportagem sobre a ordem do dia pronunciada pelo Grande Irmão e publicada no Times no dia 3 de dezembro de 1983 ficou péssima e ainda faz referência a pessoas que não existem⁶. Reescreva-a e apresente um rascunho a seus superiores antes de mandá-la para o arquivo (ORWELL, 2009, p. 58 - 59)

Sendo a única língua no mundo cujo vocabulário encolhe a cada ano, como descreve Syme, a Novafala objetiva concentrar vários conceitos em somente uma palavra, “com significado rigidamente definido” (ORWELL, 2009, p. 69) e eliminar quaisquer significados subsidiários previamente ligados a ela. Como afirmam Ana Paula Goulart Ribeiro e Danielle Ramos Brasileira (2007), a memória, enquanto construção social, não pode ser tratada fora da linguagem que a formula e dinamiza; desta forma, ao erradicar determinadas palavras e, conseqüentemente, seus significados, a Novafala erradica também perspectivas de memória.

Por exemplo, a palavra “*duplo*”, referida acima, é, na realidade, resultado da eliminação da palavra “ruim”. Qualquer significado que derive dos conceitos de “bom” e “ruim”, no novo idioma, poderá ser expresso a partir de pequenas alterações no vocabulário “bom”, como explicado por Orwell no apêndice do livro. A supressão de um vocábulo, no entanto, interfere diretamente na construção da memória dos indivíduos subjugados ao idioma. Em “1984”, a conceituação de “péssimo” só não foi erradicada porque a Velhafala ainda faz parte da constituição do imaginário social de Winston e, por isso, o personagem é capaz de interpretar e traduzir a mensagem. Quando o inglês padrão for oficialmente abolido da Oceânia e os indivíduos forem obrigados a aprender a nova língua e a se comunicar exclusivamente por ela, o último elo com o passado será rompido, como afirma o próprio autor (ORWELL, 2009). Morta a geração que conhecia a Velhafala, não só as palavras “ruim” ou “péssimo” serão definitivamente esquecidas, mas também os seus sentidos mais abstratos.

[...] certas palavras da Novafala prestavam-se menos a comunicar significados do que a destruí-los. Os significados dessas palavras [...] haviam sido ampliados até que elas pudessem conter em si mesmas exércitos inteiros de vocábulos, que, estando devidamente representados

⁶ As *despessoas* são aquelas que desapareceram a mando do Partido. “Seus nomes eram removidos dos arquivos, todas as menções a qualquer coisa que tivessem feito eram apagadas, suas existências anteriores eram negadas e em seguida esquecidas. Você era cancelado, aniquilado. Vaporizado, esse era o termo costumeiro” (ORWELL, 2009, p. 30).

por um único termo, podiam ser então eliminados e esquecidos. (ORWELL, 2009, p.353 - 354)

Eliminando significados e “inclusive a possibilidade de a pessoa chegar a eles por meios indiretos” (ORWELL, 2009, p. 348), a Novafala passa a reproduzir e cristalizar a ideologia do Partido de forma implícita, embutindo-a na linguagem. A população ficcional da Oceânia, então, afetada pelo simbólico, “expressa a sua subjetividade na ilusão de autonomia e de ser origem do seu dizer” (MARIANI, 2007, p. 211). A rigidez taxonômica da língua, pois, produz uma consistência imaginária para o sujeito que se solidifica em identidades psicossociais ortodoxas e regulamentadas pelo Partido.

Inúmeras palavras, como honra, justiça, moralidade, internacionalismo, democracia, ciência e religião haviam simplesmente deixado de existir [...] Todas as palavras cujo sentido girava em torno dos conceitos de liberdade e igualdade, por exemplo, estavam contidas na palavra crimepensar (ORWELL, 2009, p. 354).

Não só a eliminação de palavras compõem a complexa estratégia comunicacional que é a Novafala, mas a redução e transformação de outras em vocábulos de fácil pronúncia também têm seus propósitos. Tendo em vista que o inconsciente e a ideologia “encontram-se materialmente ligados na ordem da língua” (MARIANI, 2007, p. 209), a configuração do novo idioma pretende restringir a consciência dos sujeitos por ela controlados. De acordo com Le Goff (2013, p. 197), a linguagem “está estritamente ligada à tomada de consciência da identidade nacional no passado”, o que vai ao encontro do que Syme afirma quando diz que “a Revolução estará completa quando a linguagem for perfeita” (ORWELL, 2009, p. 69).

Reduzindo os limites da representação e desmembrando palavras, a Novafala automaticamente reduz o alcance da consciência da população da Oceânia. A tática consiste em usar abreviações que possam ser pronunciadas quase que de forma automática, exigindo o mínimo de consciente reflexivo e, assim, gradualmente, tornando a fala independente da consciência.

O emprego de palavras e frases telescópicas tornou-se um traço característico da linguagem política já nas primeiras décadas do século XX. E a tendência a usar abreviações como essas era particularmente pronunciada em países e organizações de caráter totalitário. Alguns exemplos são os termos nazi, Gestapo, Comintern, Imprecorr, agitprop (ORWELL, 2009, p. 356)

Percebe-se, no entanto, que a maleabilidade da memória coletiva, em “1984”, se dá por um conjunto de fatores e articulações do Partido que tencionam exatamente isto. Os anúncios da teletela, pois, não funcionam sem a corroboração dos registros alterados pelo Ministério de Documentação, e vice-versa. Da mesma forma, a idealização do Grande Irmão não poderia ser feita sem as informações adulteradas transmitidas pela teletela. A Novafala, então, seria a última etapa do processo de apagamento e reescrita total do passado tendo em vista que, como já mencionado anteriormente, com o esquecimento da Velhafala, ou inglês padrão, o último elo com o passado real e inalterado seria desfeito.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de entender como as estratégias de comunicação utilizadas pelo Partido Soring interferem na construção da memória coletiva da população da fictícia Oceânia, na obra literária “1984”, de George Orwell, a presente pesquisa esbarrou, como já era previsto, em similaridades com a realidade histórica de diferentes países. Enquanto representação de um governo totalitário, mesmo que distópico e ficcional, a obra de George Orwell conversa com possibilidades efetivas de tentativas de manipulação, dominação e repressão de sociedades atuais através do gerenciamento da memória coletiva via diversas estratégias.

Tais comparações podem ser feitas justamente devido às inspirações do autor na conjuntura política da época em que escreveu o livro, abordadas no segundo capítulo do trabalho. A crítica aos regimes totalitários que imperavam na Europa - sem se limitar fosse ao nazismo alemão ou à União Soviética -, foi feita de tal maneira no romance que apreendeu o sistema político na sua essência. Assim, as tendências de diversos governos autoritários, mesmo que posteriores à morte de Orwell, puderam ser representadas, visto que o modelo seguiu com as mesmas - ou muito semelhantes - características, objetivos e, portanto, estratégias de controle.

No entanto, para de fato compreender as táticas utilizadas pelo Partido Soring na Oceânia - e, conseqüentemente, reconhecê-las no mundo real -, era necessário, primeiramente, apurar como se dava a construção da memória. Através das leituras de autores como Halbwachs e Paul Ricoeur, é possível entender que esse processo se dá, majoritariamente, de maneira coletiva, especialmente tratando-se da memória nacional. A necessidade de estímulos externos e do pertencimento a um grupo para que ocorra o processo de rememoração, porém, é o que possibilita a manipulação deste pelo Partido, que passa a administrar os estímulos em sua totalidade, através das estratégias comunicacionais analisadas, e fiscalizar veementemente as relações sociais dos indivíduos, impedindo quaisquer trocas de informações contrárias à ideologia estatal.

O porquê do interesse do Estado na memória coletiva pode ser resumido com umas das frases mais icônicas do romance: “Quem controla o passado, controla o futuro; quem controla o presente, controla o passado.” (ORWELL, 2009, p. 47). Controlar a memória coletiva da população da Oceânia era garantir a permanência do Partido no poder, a partir da construção de um imaginário social favorável para

tanto. Uma das maneiras de fazer isso, além da violência extrema e vigilância constante, era através da comunicação, fosse ela simbólica, através de imagens e vocábulos, oral ou através de registros documentais.

Porém, é importante salientar que, como já foi mencionado, a maleabilidade da memória coletiva, aqui, se dá por um conjunto de fatores e estratégias do Partido estruturados justamente com este objetivo. Apesar dessa complexidade do processo de dominação da memória, através da análise de conteúdo, a pesquisa foi capaz de delinear de forma coerente os métodos do Partido e compreendê-los em suas correlações e dependências. No entanto, desconsiderando o contexto interligado das estratégias de controle na Oceânia, ainda percebemos a magnitude da interferência dos processos comunicativos na construção da memória, especialmente coletiva, mesmo no caso de as estratégias atuarem separadamente. É possível compreender também que a memória é interesse e objeto de disputa independente do regime vigente, justamente por seu reflexo no imaginário social do presente.

Em vista das questões levantadas a partir das estratégias analisadas, bem como da pesquisa prévia e das semelhanças identificadas com realidades políticas contemporâneas, podemos concluir que, como alerta Le Goff (2013, p. 437), “devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”. A necessidade de vigilância com relação aos meios de comunicação, portanto, é parte essencial para que isto aconteça. Para o autor, “cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica” (LE GOFF, 2013, p. 436).

Como sabemos, a objetividade é inatingível, visto que valores, crenças e perspectivas são intrínsecas ao discurso. Utilizá-la, porém, como um ponto de referência teórica, como sugere Christopher Hitchens (2002), é crucial para atingirmos uma comunicação honesta para com seus consumidores. Da mesma forma, assumir pontos de vista sem tentar dissimulá-los sob máscaras de imparcialidade é imprescindível para trocas transparentes; portanto, “conhecer nossa própria subjetividade é necessário até mesmo para contemplar o ‘objetivo’” (HITCHENS, 2002, p.197).

Dito isso, é preciso entender e valorizar a comunicação pública enquanto espaço de diálogo que demanda a participação de todos os setores sociais, sem constituir-se em um processo unilateral, tal qual o figurado em “1984”. Através da “pluralidade de possibilidades de olhares sobre o passado – mostrando que este pode ser desvendado a partir de múltiplas questões” (MATOS apud PAVLOSKI, 2013, n.p.) - a memória coletiva passa a se formar democraticamente, possibilitando um olhar crítico sobre si mesma e, conseqüentemente, uma maior autonomia individual. A comunicação que preza o acesso à informação, a multiplicidade de fontes e o debate viabiliza o envolvimento do sujeito na concepção da sua própria memória, impedindo o sucesso de táticas controladoras - sejam elas advindas de governos totalitários, ou não.

Da mesma forma, na empreitada por uma memória coletiva democrática, o esquecimento enquanto estratégia de evitação, de esquiva, de fuga, tal qual o observado na obra de Orwell, deve ser enfrentado:

Enquanto ativo, esse esquecimento acarreta o mesmo tipo de responsabilidade que a imputada aos atos de negligência, de omissão, de imprudência, de imprevidência, em todas as situações de não-agir, nas quais, posteriormente, uma consciência esclarecida e honesta reconhece que se devia e se podia saber ou pelo menos buscar saber, que se devia e se podia intervir. [...] a responsabilidade da cegueira recai sobre cada um (RICOEUR, 2007, p. 456)

Como afirma Sarlo (2007, p. 20), especialmente em países administrados por governos autoritários, a reconstituição de atos de violência estatal por vítimas e/ou testemunhas permite a “reconstrução do passado, ali onde outras fontes foram destruídas pelos responsáveis”. Os atos de memória - enquanto comunicar a experiência, transformando-a em testemunho - vão ao encontro do que Ricoeur (2007) designa como “dever de memória”. Citando o lema “sapere aude!”⁷, o autor resume a resposta para a democratização da memória coletiva: “ousa fazer narrativa por ti mesmo” (RICOEUR, 2007, p. 456).

⁷ Expressão latina utilizada por Immanuel Kant durante a Era do Iluminismo. Pode ser traduzida como “atreva-se a conhecer” ou “ouse saber”.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Erica; SILVA, Maria. O TOTALITARISMO ORWELLIANO E O PODER DA PROPAGANDA. **Darandina**: revista eletrônica, Juiz de Fora, v. 11, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/darandina/article/view/28075>. Acesso em: 5 jul. 2022.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BARBOSA, Marialva Carlos. Mídia, memória e história. *In*: RIBEIRO, Ana Paula; FERREIRA, Lucia Maria. **Mídia e memória**: a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. cap. Meios de comunicação e história: um universo de possíveis, p. 15-34.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRIZOTTO, B. CONTROLE DO PASSADO E MANIPULAÇÃO MEMORIAL EM 1984. **Revista Athena**, [S. l.], v. 13, n. 2, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/athena/article/view/2893>. Acesso em: 19 abril. 2022.

CANOVAN, Margaret. TOTALITARIANISM AND NATIONALISM. *In*: VILLA, Dana (org). **THE CAMBRIDGE COMPANION TO HANNAH ARENDT**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. cap. Arendt's theory of totalitarianism: a reassessment, p. 25-43. Disponível em: <http://assets.cambridge.org/052164/1985/sample/0521641985ws.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2022.

FABRÍCIO, Branca Falabella; LOPES, Luiz Paulo. Imprensa, discurso e narrativa. *In*: RIBEIRO, Ana Paula; FERREIRA, Lucia Maria. **Mídia e memória**: a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. cap. Discurso ocidentalista como arma de guerra: a construção da alteridade na mídia, p. 237-258.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. **Morpheus**: revista de estudos interdisciplinares em memória social, Rio de Janeiro, v. 9, ed. 15, p. 19-40, 2016. Disponível em: http://www.memoriasocial.pro.br/painel/pdf/publ_19.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Aplicação dos métodos de pesquisa no jornalismo. *In*: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. cap. Análise de conteúdo, p. 123-142.

HITCHENS, Christopher. **A vitória de Orwell**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7ª. ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LUZ, Ana Javes Andrades da. **COMUNICAÇÃO PÚBLICA E MEMÓRIA DAS CIDADES**: a preservação dos sistemas de comunicação nos sites das capitais brasileiras. Orientadora: Maria Helena Weber. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - UFRGS, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/142869/000994939.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 maio 2022.

MARIANI, Bethania. Imprensa, discurso e narrativa. *In*: RIBEIRO, Ana Paula; FERREIRA, Lucia Maria. **Mídia e memória**: a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. cap. Imprensa, produção de sentidos e ética, p. 199-118.

MINISTRO da Educação quer revisão dos livros didáticos de História sobre o golpe e a ditadura militar. **EXTRA**, [S. l.], 3 abr. 2019. Notícias. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/ministro-da-educacao-quer-revisao-dos-livros-didaticos-de-historia-sobre-golpe-a-ditadura-militar-23572054.html>. Acesso em: 22 ago. 2022.

MOREIRA, Carla Barbosa. Imprensa, discurso e narrativa. *In*: RIBEIRO, Ana Paula; FERREIRA, Lucia Maria. **Mídia e memória**: a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. cap. Censura e silenciamento no discurso jornalístico, p. 319-342

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PARADA, Maurício. Mídia, memória e história. *In*: RIBEIRO, Ana Paula; FERREIRA, Lucia Maria. **Mídia e memória**: a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. cap. A ordem da memória: a imprensa e o imaginário político do Estado Novo, p. 35-56.

PAVLOSKI, Evanir: A Reconstrução Ficcional da História em 1984 de George Orwell. **Revista de Letras**, vol. 15, no. 17. Curitiba, UTFPR, 2013. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rl/article/view/2381/1516>. Acesso em: 04 agosto. 2022.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, ed. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 18 jul. 2022.

PRAZERES, Leandro. General ligado a Bolsonaro fala em banir livros sem "a verdade" sobre 1964. **UOL**, Brasília, 28 set. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/09/28/general-ligado-bolsonaro-fala-em-banir-livros-sem-a-verdade-sobre-1964.htm>. Acesso em: 22 ago. 2022.

RIBEIRO, Ana Paula; BRASILIENSE, Danielle. Imprensa, discurso e narrativa. *In*: RIBEIRO, Ana Paula; FERREIRA, Lucia Maria. **Mídia e memória**: a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. cap. Memória e narrativa jornalística, p. 219-236.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.